



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Moradia Digna Para Todos: Estratégia Integradas de Regeneração
Urbana das Vilas das Galinheiras

Wagner Ulisses Medina Moniz

Mestrado Integrado em Arquitetura

Orientadora:

Doutora Alexandra Cláudia Rebelo Paio, Professora Associada,
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Coorientador:

Arquiteto Moisés Passinhas Rosa, Assistente de Investigação no
Dinâmia'cet – iscte,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2024



TECNOLOGIAS
E ARQUITETURA

Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Moradia Digna Para Todos: Estratégia Integradas de Regeneração
Urbana das Vilas das Galinheiras

Wagner Ulisses Medina Moniz

Mestrado Integrado Arquitetura

Orientadora:

Doutora Alexandra Cláudia Rebelo Paio, Professora Associada,
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Coorientador:

Arquiteto Moisés Passinhas Rosa, Assistente de Investigação no
Dinâmia'cet – iscte,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2024



Laboratório de Ensaio de Metodologias de Intervenção
na Cidade Existente

Moradia Digna Para Todos: Estratégia Integradas de Regeneração Urbana das
Vilas das Galinheiras

Wagner Ulisses Medina Moniz

Outubro, 2024

**MORADIA DIGNA PARA TODOS: ESTRATÉGIA
INTEGRADAS DE REGENERAÇÃO URBANA DAS
VILAS DAS GALINHEIRAS**

AGRADECIMENTOS

Agradeço, antes de tudo, aos meus pais, que são minha base e inspiração por infinitos motivos. Sem a existência deles, eu não estaria aqui hoje.

Expresso também a minha profunda gratidão a todos os familiares que, de várias maneiras, contribuem para a minha vida e para este percurso. Em especial, aos meus tios, Carlos Furtado e Arlinda Moniz, pelo apoio incondicional desde o início desta jornada.

Minha orientadora, Professora doutora Alexandra Paio, merece um agradecimento especial por seu constante acompanhamento, aconselhamento e partilha de conhecimento, que foram essenciais para a realização deste trabalho.

Ao Arquiteto Moisés Rosa, pela disponibilidade e dedicação, sempre presente para guiar e acompanhar o desenvolvimento deste projeto.

E, por fim, mas com igual importância, aos amigos e colegas que fiz ao longo deste caminho e que me acompanham em todos os momentos, muito grato pela amizade e pelo apoio contínuo.

A todos, meu sincero obrigado!

RESUMO

O presente trabalho do Projeto Final de Arquitetura (PFA) insere-se no LabTUR 2.0 – Laboratório de Ensaio de Metodologias de Intervenção na Cidade Existente, um espaço de experimentação e desenvolvimento de metodologias específicas para a regeneração urbana.

"Moradia Digna Para Todos: Estratégias Integradas de Regeneração Urbana das Vilas das Galinheiras" aborda a regeneração de um bairro de Lisboa, mas concreto nas Galinheiras, marcado por habitação precária e exclusão social. Utilizando o conceito de cidade temporária e o urbanismo tático, propõe estratégias que visam habitação digna, sustentabilidade e inclusão social. A metodologia inclui estudos de caso e processos participativos, enfatizando o envolvimento dos moradores na definição das soluções. A proposta final inclui infraestruturas comunitárias e espaços de convivência para fortalecer laços sociais e evitar deslocamentos forçados, promovendo um modelo inclusivo e resiliente.

Palavras-Chave: Cidade Temporária, Habitação Temporária, Regeneração Urbana, Exclusão Social, Emigrantes.

ABSTRACT

The present Final Architecture Project (PFA) is part of LabTUR 2.0 – Laboratory for Testing Intervention Methodologies in the Existing City, a space for experimenting with and developing specific methodologies for urban regeneration.

"Dignified Housing for All: Integrated Urban Regeneration Strategies for the Galinheiras Community" addresses the regeneration of the Lisbon neighborhood, specifically in the Galinheiras area, characterized by precarious housing and social exclusion. Using the concept of a temporary city and tactical urbanism, it proposes strategies that aim for dignified housing, sustainability, and social inclusion. The methodology includes case studies and participatory processes, emphasizing the involvement of residents in defining solutions. The final proposal incorporates community infrastructure and shared spaces to strengthen social bonds and avoid forced displacement, promoting an inclusive and resilient model.

Keywords: Temporary City, Temporary Housing, Urban Regeneration, Social Exclusion, Immigrants.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: LabTUR 2.0- 2023/2024.....	16
Figura 2: Artigo do Jornal Publico	17
Figura 3- Vila Maria Zélia.....	34
Figura 4: Planta de Localização/ Implantação da Vila Maria Zélia.....	35
Figura 5: Amplitude da vila e as casas agrupadas no estilo europeu	36
Figura 6: Escola de meninos em 1917	37
Figura 7: Inauguração da Vila Maria Zélia.....	37
Figura 8: Imagens da Evolução, Degradação e Reabilitação da Vila	38
Figura 9: O Projeto Urban Village é uma visão para uma comunidade habitacional sustentável	40
Figura 10: As instalações compartilhadas incluiriam transporte, refeições, espaços de trabalho e creche	41
Figura 11: Sistemas de Construção, Módulos e as Variedades de Extensões	42
Figura 12: Ciclo de Materiais, modular.....	42
Figura 13: Alçado Frontal Songpa Micro Housing	43
Figura 14: Planta do piso térreo/ Piso 1	44
Figura 15: Entrada principal, Escada/ miniauditório	45
Figura 16: Planta piso 2 / Corte	45
Figura 17: Unidade simples/ Duplas	46
Figura 18: LabTUR 2.0, 2023/ 2024.....	49
Figura 19: Imagens das Vilas/ Estado Atual.....	50
Figura 20: Imagens das Vilas/ Estado Atual.....	51
Figura 21: Mapa de Localização, freguesia de Santa Clara	53
Figura 22: Mapa de Evolução Histórica de 1911,1970,2001,2023. Seguindo a ordem da esquerda para direita.	54
Figura 23: Levantamento do Sistema de Funcionalidade e Serviços da freguesia Santa Clara.....	55
Figura 24: PER na zona das Galinheiras	56
Figura 25: Gráfico de levantamento Socioeconómico das Galinheiras.....	57
Figura 26: Diagrama Cidade Temporária.....	58
Figura 27: Mobilidade Urbana nas Galinheiras, Lisboa	61
Figura 28: Mobilidade Urbana nas Galinheiras, Lisboa	61
Figura 29: Permeabilidade Urbana, Serviços e Habitação das Galinheiras.....	62
Figura 30: Espaço Verdes e Sistema solar das Galinheiras.....	63
Figura 31: 3D da Vila das Galinheiras na Atualidade	64

Figura 32: Planta Restaurante Bar/ Serviço Social e Recepção.....	68
Figura 33: Plantas da Lavandaria, Farmácia e a Horta Urbana Vertical	69
Figura 34: Planta da Cozinha Comunitária e Sala Polivalente	70
Figura 35: Plantas de Creche, Biblioteca, Parque Infantil, Zona de Lazer	71
Figura 36: Conceção e Flexibilidade do espaço.....	72
Figura 37: Corte construtivo das habitações	73
Figura 38: Tipologias habitacionais propostas	74
Figura 39: Perspetiva da Vila Gouveia.....	76
Figura 40: Perspetiva da Vila Maria Luiza.....	76
Figura 41: Perspetiva da Vila São Paulo.....	77
Figura 42: Parque infantil / Biblioteca / Sala de estudo / Creche.....	77
Figura 43: Mobiliário Urbano implementado no projeto	78
Figura 44: Sistema de recolha de água e resiliência	79

ÍNDICE DE ABREVIATURAS

LabTUR 2.0 - Laboratório de Ensaio de Metodologias de Intervenção na Cidade Existente

PFA – Projeto Final de Arquitetura

AUGI – Áreas Urbanas de Génese Ilegal

PER – Processo Especial de Revitalização

INSS – Instituto Nacional de Segurança Social

NOVA FCSH - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

DGPR - Departamento de Geografia e Planeamento Regional

CML – Câmara Municipal de Lisboa

ONU – Organização das Nações Unidas

ÍNDICE

RESUMO.....	VI
ABSTRACT.....	VII
ÍNDICE DE FIGURAS.....	VII
ÍNDICE DE ABREVIATURAS.....	X
INTRODUÇÃO.....	16
LabTUR 2.0 – Laboratório de Ensaio de Metodologias de Intervenção na Cidade Existente.....	16
Tema.....	17
Objetivo do trabalho.....	19
Metodologia.....	20
Estrutura.....	22
CAPÍTULO I ENQUADRAMENTO TEÓRICO	23
1.1 Cidade Temporária	24
1.1.1 Habitação Temporária.....	24
1.1.2 Habitação Temporária em Portugal	26
1.1.3 Cidade temporária e Regeneração Urbana	27
1.2 Urbanismo Tático e Intervenções Temporárias na Cidade	28
1.3 Sustentabilidade e Inclusão Social como Eixos da Regeneração Urbana.....	30
CAPÍTULO II ENSAIO METODOLÓGICO	32
2.1 Casos de Estudo	33
Vila Maria Zélia, São Paulo, Brasil	34
Urban Village, Space 10	40
Songpa Micro-Housing, Seul, Coreia do Sul	43
2.2 Entrevista	47
2.3 Processo Participativo e Resultado	49
CAPÍTULO III AUGI VILA DAS GALINHEIRAS	52
3.1 Contexto histórico e Caracterização do Território	53
3.2 Estratégia Integradas de Regeneração Urbana das vilas das Galinheiras	58
3.3 Sistemas de Funcionamento.....	61

3.4 Problemáticas das Vilas.....	64
3.5 Proposta de intervenção - Projeto	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
BIBLIOGRAFIA	82
ANEXOS	84
Anexo A Entrevista com Gonçalo Antunes.....	84

INTRODUÇÃO

O presente trabalho do Projeto Final de Arquitetura (PFA) integra-se no LabTUR 2.0 – Laboratório de Ensaio de Metodologias de Intervenção na Cidade Existente, dedicado à experimentação e desenvolvimento de metodologias específicas para a regeneração urbana. A regeneração urbana é um campo multidisciplinar que visa regenerar áreas urbanas degradadas, promovendo simultaneamente melhorias nas condições de vida dos seus habitantes e a sustentabilidade do ambiente construído. Durante uma era dos desafios sociais contemporâneos e das pressões urbanas crescentes, é essencial explorar abordagens inovadoras e eficazes para uma intervenção nos territórios em necessidade de regeneração (Roberts e Sykes, 2000)

O território objeto de estudo é a freguesia de Santa Clara, mas propriamente as zonas da Ameixoeira e Galinheiras (Figura 1).



Figura 1: LabTUR 2.0- 2023/2024

O foco é a freguesia de Santa Clara, com destaque para as zonas da Ameixoeira e Galinheiras, que enfrentam problemas de habitação precária e exclusão social. Este trabalho propõe estratégias que favoreçam a transformação destas áreas, com participação comunitária e respeito pelos princípios de sustentabilidade. Neste caso, propõe-se a intervenção na habitação construída na Área Urbana de Génese Ilegal (AUGI) da Vila das Galinheiras, apresenta uma degradação estrutural que inclui edifícios em más condições, falta de infraestruturas públicas e exclusão social. Este projeto propõe intervenções que respondam a estas questões e promovam uma regeneração urbana inclusiva e sustentável.

A pesquisa aqui apresentada procura investigar e sugerir intervenções que possam reverter essa tendência de vulnerabilidade urbana. Soluções inovadoras que promoveram a coesão social, a melhoria da qualidade de vida e a sustentabilidade urbana serão exploradas por meio de uma análise aprofundada das condições atuais e do potencial de desenvolvimento do território. Essa abordagem não apenas ajudará a transformar essas áreas específicas, mas também fornecerá intuições valiosos que podem ser aplicados a outros contextos urbanos semelhantes.

Tema



Figura 2: Artigo do Jornal Publico

Fonte: <https://www.publico.pt/2020/06/23/local/noticia/pobreza-junta-medo-vou-fugir-daqui>

O tema central deste projeto, intitulado “Moradia Digna Para Todos: Estratégias Integradas de Regeneração Urbana da Vila das Galinheiras”, é a habitação através da exploração do conceito de Cidade Temporária. A regeneração urbana da Vila das Galinheiras, através da estratégia “Moradia Digna Para Todos”, representa um compromisso com a transformação adequada do território.

A moradia digna é um direito fundamental, reconhecido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) como essencial para a garantia da qualidade de vida e do bem-estar dos indivíduos. Em Portugal, este direito assume uma importância especial em contextos urbanos marcados pela degradação habitacional e pela marginalização social. A Vila das Galinheiras é um exemplo notável desta realidade, onde as condições precárias de habitação impactam significativamente a vida dos seus moradores.

O objetivo é criar um ambiente urbano que respeite a dignidade humana e ofereça oportunidades para todos os seus habitantes, assegurando um espaço que favoreça o bem-estar por via de segurança, privacidade e um senso de pertencimento. Garantir moradias dignas implica enfrentar desafios complexos, que englobam dimensões económicas, sociais e ambientais.

O estudo da habitação temporária emerge como um dos objetivos centrais deste projeto, sendo particularmente relevante nas situações da migração ou durante processos de regeneração urbana, que constituem o ponto de partida deste trabalho. A habitação temporária oferece uma solução rápida e flexível para aqueles que necessitam de um abrigo provisório, devendo garantir dignidade e conforto enquanto se desenvolvem soluções permanentes.

Objetivos do trabalho

O objetivo principal da proposta para o projeto é desenvolver uma estratégia integrada de regeneração urbana para as Vilas das Galinheiras, garantindo que essa intervenção conceda moradia digna para todos. Propõe-se uma solução que possa abrigar emigrantes e adaptar o território para os moradores atuais, conforme as suas necessidades e criando um ambiente onde todos possam viver de forma justa e sustentável.

A realidade observada é que a maioria dos imigrantes, ao chegar a um novo país — neste caso específico, Portugal — e na busca por melhores condições de vida ou, pelo menos, por meio de subsistência, na ausência de familiares com capacidade de acolhimento ou de uma rede de apoio sólida, são frequentemente direcionados, para bairros periféricos como as Galinheira.

Contudo, muitos acabam por enfrentar condições habitacionais precárias. Paralelamente, observa-se que os residentes locais, muitos dos quais já enfrentam dificuldades sociais e económicas, necessitam de inclusão e proteção neste processo de transformação, para evitar sentimentos de ameaça ou deslocamento resultantes das mudanças em curso. Neste sentido, a proposta pretende prevenir a segregação e garantir que todos — tanto os novos habitantes quanto os residentes de longa data — beneficiem das melhorias implementadas no território.

A ideia para regeneração urbana apresentada enfatiza não apenas a reestruturação física do espaço, mas também terá uma dimensão social e cultural, pensando tanto na adaptação das habitações existentes quanto nas extensões de novas moradias acessíveis para habitantes e pessoas novas. Pretende-se, assim, garantir que a infraestrutura local, os serviços públicos e os espaços comunitários se ajustem para atender a essa diversidade de moradores, promovendo convivência e inclusão social.

Isso significa trabalhar com um modelo que evite deslocamentos forçados e, em vez disso, fortaleça o senso de comunidade e a integração entre os diferentes grupos. Acredita-se que a presença dos imigrantes pode ser vista como uma oportunidade para enriquecer o território, trazendo novas dinâmicas culturais e fortalecendo a economia local.

A estratégia apresentada irá incluir processos de pesquisas, nos quais tanto os moradores atuais quanto os recém-chegados possam contribuir com ideias e expressar as suas necessidades. Ao integrar esses diferentes perfis e histórias, procura-se criar um modelo de regeneração que seja inclusivo e flexível, capaz de se adaptar às mudanças ao longo do tempo.

Metodologia

A metodologia adotada neste projeto segue as etapas propostas pelo LabTUR 2.0: Empírica, Descritiva e Explicativa. Cada uma desta etapa foi pensada visando garantir uma compreensão aprofundada do contexto urbano da freguesia de Santa Clara e desenhar uma proposta de intervenção assente numa estratégia integrada de regeneração urbana orientada para o conceito de "Moradia Digna para Todos".

A fase empírica combinou esforços coletivos em trabalhos de grupo, importantes para a sistematização da informação, e um foco individual voltado para a reflexão crítica e a elaboração teórica com base em leituras e entrevista. Buscou-se reunir dados e estabelecer uma base sólida de conhecimento sobre a região em foco - Santa Clara, com destaque para as Vilas das Galinheiras. O artigo de opinião de Pincha, intitulado *‘Quando à pobreza se junta o medo: Eu vou fugir daqui’* (Público, 2020), publicado no contexto da pandemia, permitiu uma reflexão aprofundada sobre a importância da habitação e da reabilitação urbana no combate à pobreza. A análise explora de que forma a habitação adequada pode contribuir para a redução da pobreza, evidenciando o papel central que o acesso a uma moradia digna desempenha na melhoria das condições de vida e na promoção da segurança e estabilidade dos indivíduos

A leitura da obra *“Morte e Vida de Grandes Cidades”* (Jacobs, 2000) proporciona uma visão crítica das ideias predominantes dos anos 60 do século passado, que frequentemente favoreciam o planeamento urbano baseado em demolições em larga escala e na construção de grandes rodovias nos centros urbanos. Contrariamente a essa abordagem, Jacobs argumenta em defesa da vitalidade urbana, sublinhando a importância de elementos como ruas movimentadas, diversidade de usos do solo, a coexistência de edifícios de diferentes idades e a densidade populacional como fatores essenciais para o desenvolvimento de cidades vibrantes e integradas

A entrevista, ao Professor Gonçalo Antunes (13/11/2023), destacou os desafios urgentes, como o aumento dos preços das habitações, a falta de eficiência energética e a persistência de habitações precárias. Ele também falou do impacto social da fragmentação do território e a desunião de classes devido ao rápido crescimento dos preços.

A segunda fase da metodologia, intitulada Fase Descritiva, teve como objetivo a revisão e aprofundamento da caracterização do território e da estratégia de intervenção preliminar. Nesta etapa, o trabalho foi estruturado em dois níveis: um coletivo, focado na elaboração de uma linha do tempo dividida em três dimensões principais (socioeconómico, morfológico e ecológico), e um individual, centrado na análise crítica de casos de estudo que influenciariam as estratégias de intervenção propostas para as Vilas das Galinheiras.

A terceira fase explicativa do projeto representa a formulação final da proposta de intervenção para a regeneração urbana das Vilas das Galinheiras, consolidando todas as análises anteriores e fundamentando a implementação do projeto. Nesta fase, tanto o trabalho de grupo quanto o individual convergiram para o desenvolvimento de um estudo prévio que define as diretrizes práticas e teóricas da intervenção, garantindo que o projeto esteja alinhado com as necessidades do território e os princípios de moradia digna.

Estrutura

Este trabalho foi estruturado em três capítulos principais, que refletem o processo de análise, o desenvolvimento teórico e a proposta prática de intervenção para a Vila das Galinheiras.

Na introdução, foi apresentada o contexto do LabTUR 2.0, o laboratório onde se desenvolve metodologias para a intervenção na cidade existente. Definir o tema, os objetivos da pesquisa e explicar a metodologia utilizada, com uma visão geral da estrutura do trabalho.

O Capítulo I aborda o enquadramento teórico, explorando a ideia de Cidade Temporária e conceitos como Urbanismo Tático e Intervenções Temporárias, que sustentam as práticas urbanas. Além disto, aborda-se a questão da sustentabilidade e inclusão social como eixos fundamentais para a regeneração urbana.

No Capítulo II, é apresentado o ensaio metodológico, incluindo a análise de três casos de estudos: (1) Vila Maria Zélia (São Paulo); (2) Urban Village, Space 10; e (3) Songpa Micro-Housing (Seul). Descreve-se a entrevista e o processo, com foco nos resultados que influenciaram a formulação do projeto.

O Capítulo III foca-se na AUGI Vila das Galinheiras, começando com o contexto histórico e uma caracterização do território. A seguir, apresenta-se a estratégia integrada de regeneração urbana e a proposta de intervenção final, detalhando as soluções urbanas e sociais propostas para a área.

Conclui com as considerações finais, seguidas pela bibliografia e anexos, onde anexa a entrevistas os elementos do trabalho em grupo que foram essenciais para o desenvolvimento do projeto e painel.

1. CAPÍTULO I

Enquadramento Teórico

1.1 Cidade Temporária

O tema deste trabalho, "Moradia Digna Para Todos: Estratégias Integradas de Regeneração Urbana das Vilas das Galinheiras", levanta uma questão central: como a habitação temporária pode responder a situações de precariedade habitacional? O conceito de "cidade temporária" (Malheiros, 2002; Rolnik, 2015), embora transitório, apresenta-se como um ponto de partida relevante na regeneração de comunidades marginalizadas, como as Vilas das Galinheiras.

A cidade temporária, refere-se a espaços ou estruturas criadas para abrigar pessoas de forma provisória, seja em resposta a crises habitacionais, desastres naturais ou situações de migração forçada. Este conceito, muitas vezes atrelado a ações emergenciais, tem sido uma solução prática em áreas onde a habitação permanente ainda não é viável ou acessível.

1.1.1 Habitação temporária

A habitação temporária pode ser descrita como uma forma de construção ou organização de espaços urbanos destinados a acolher, de maneira provisória, pessoas que estão em situações de vulnerabilidade habitacional (Davis, 2006; McFarlane, 2011). Estas construções não se destinam à permanência a longo prazo, mas oferecem abrigo e segurança enquanto soluções mais definitivas são buscadas.

Existem várias tipologias de habitações temporárias, desde acampamentos de refugiados e abrigos de emergência a moradias modulares e contentores adaptados para uso residencial. Em áreas urbanas, essas soluções podem incluir a regeneração dos edifícios industriais abandonados ou espaços urbanos em desuso, transformando-os em habitações de uso temporário.

A habitação temporária é, na sua essência, uma resposta a populações que vivem em situações de urgência ou transição. Isso pode incluir:

- Desalojados por desastres naturais: como vítimas de enchentes, terremotos ou incêndios, que precisam de abrigo até que possam voltar às suas casas ou encontrar novas.
- Migrantes, estudantes e refugiados: pessoas que, por motivos de perseguição, busca de melhores condições, conflitos ou pobreza, deixam as suas casas em busca de refúgio em outras regiões ou países.

- Populações marginalizadas em centros urbanos: muitas vezes, pessoas em condições de rua ou habitações informais, como bairros e ocupações, também se beneficiam de soluções temporárias enquanto se planeiam políticas de habitação social permanentes.

Neste contexto, as Vilas das Galinheiras, uma área marcada por precariedade e exclusão, apresentam uma oportunidade para pensar em estratégias de habitação temporária que possam servir como uma solução transitória, enquanto medidas mais amplas de regeneração urbana são implementadas.

1.1.2 Habitação temporária em Portugal

No que se refere à arquitetura de habitação temporária em Portugal, são escassos os estudos aprofundados sobre o assunto. Os primeiros sinais claros desse estilo de habitação começaram com o surgimento de hotéis em áreas urbanas metropolitanas, frequentemente convertidos de edifícios residenciais já construídos. Antes do aparecimento desses hotéis e outras opções de alojamento temporário, apenas a nobreza e a realeza desfrutavam dessa prática, possuindo palácios, mansões e residências de campo para férias em locais distantes das cidades, durante todo o ano.

Atualmente, a maioria das habitações temporárias em Portugal está centrada em hotéis, pensões e residenciais, destinados a estadias de curta duração. Adicionalmente, existem moradias estudantis e residências tradicionais disponíveis para locação, atendendo aqueles que necessitam de um espaço por um tempo prolongado, seja para motivos profissionais ou educacionais.

Várias delas são modificadas a partir de habitações convencionais e podem não ter uma aparência visual muito diferente das residências fixas. Isso acontece porque essas propriedades podem ser apartamentos, edifícios urbanos, casas ou qualquer outra forma de habitação convencional. À primeira vista, é complicado diferenciar entre uma moradia temporária e uma permanente devido à semelhança comum em aparência e construção.

Além das residências convencionais, existem as moradias conhecidas como alojamentos, designadas especialmente para estudantes e indivíduos que temporariamente se mudam para outras cidades. Esses locais podem ser projetados ou modificados especificamente para essa finalidade, e costumam seguir dois tipos principais de modelos. Nas unidades individuais, são disponibilizados quartos para uma ou duas pessoas, com instalações sanitárias, próprio e acesso às áreas comuns.

Além dos alojamentos estudantis, há também opções de moradia temporária que incluem apartamentos ou casas alugadas por proprietários, nos quais os moradores compartilham as despesas e o aluguer. Neste esquema, cada indivíduo loca um quarto e pode utilizar as dependências compartilhadas, como a cozinha, a sala e a instalação sanitária.

1.1.3 Cidade temporária e Regeneração urbana

O conceito de cidade temporária conecta-se à regeneração urbana, por oferecer uma intervenção rápida para áreas degradadas ou superlotadas, como as Vilas das Galinheiras. Ao criar espaços de habitação temporária, pode-se evitar que as populações vulneráveis fiquem expostas à falta de moradia enquanto projetos de renovação urbana são desenvolvidos.

Nesta visão, a abordagem deve ir além de simples abrigos. Uma cidade temporária deve considerar aspectos como:

- **Sustentabilidade:** Utilização de materiais recicláveis, como contentores adaptados ou estruturas modulares desmontáveis, como no caso desse projeto, madeiras locais.
- **Infraestrutura básica:** Acesso à água, eletricidade, saneamento e transporte, essenciais para garantir dignidade aos habitantes temporários.
- **Integração social:** Espaços que incentivem a interação entre moradores e o engajamento comunitário.

Este modelo já foi aplicado com sucesso em outras partes do mundo. Na Alemanha, por exemplo, contentores de carga foram transformados em habitações temporárias para refugiados, oferecendo segurança e dignidade enquanto se esperava por soluções permanentes.

No contexto das Vilas das Galinheiras, o uso de habitações temporárias poderia servir como uma resposta emergencial para famílias que enfrentam condições habitacionais precárias. É importante, no entanto, que tais intervenções sejam acompanhadas de um planejamento urbano de longo prazo, que inclua habitações permanentes e a integração social das comunidades.

"Uma cidade não se define apenas por suas construções físicas, mas pelas vidas que ela abriga" (Koolhaas, R.,1995)

Segundo o arquiteto holandês Rem Koolhaas (Koolhaas, R. 1995), a função de um espaço urbano vai além da sua infraestrutura, devendo servir como um espaço para o desenvolvimento humano.

Apesar das vantagens, a habitação temporária também enfrenta críticas. Uma das mais frequentes é que, muitas vezes, o provisório se torna permanente. Em alguns casos, as estruturas temporárias permanecem por anos ou até décadas, sem que sejam feitas intervenções para construir moradias permanentes.

Além disso, há o risco de que a habitação temporária seja vista como uma solução suficiente, desviando o foco de políticas habitacionais mais ambiciosas. Portanto, ao aplicarmos esse conceito nas Vilas das Galinheiras, é fundamental ser um primeiro passo para um plano mais amplo de regeneração urbana.

1.2 Urbanismo Tático e Intervenções Temporárias na Cidade

Ao longo deste estudo sobre o tema da moradia digna e regeneração urbana, surgiu a questão de como intervenções de caráter temporário, tais como as propostas pelo urbanismo tático (Farias, 2019), podem servir como ferramentas poderosas para transformar espaços urbanos, especialmente em áreas de vulnerabilidade social, como as Vilas das Galinheiras.

Esta metodologia surgiu como uma resposta às limitações do urbanismo tradicional, muitas vezes preso a processos burocráticos longos e a intervenções caras e permanentes. O urbanismo tático visa criar mudanças visíveis de maneira rápida, envolvendo a comunidade local no processo de desenvolvimento (Lydon e Garcia, 2015). Exemplo disso são as "praças de bolso" criadas a partir de estacionamentos ou interseções subutilizadas, transformadas em áreas de convivência pública.

Segundo Lydon e Garcia (2015), que foram pioneiros no desenvolvimento do conceito, o urbanismo tático é "uma abordagem deliberada e incremental ao planejamento urbano, que oferece mudanças de curto prazo e orienta a visão de longo prazo".

O envolvimento direto da comunidade é outro pilar central desta abordagem, o que se alinha perfeitamente ao objetivo de regeneração urbana nas Vilas das Galinheiras, onde a participação da comunidade é fundamental.

Intervenções Temporárias

As intervenções temporárias na cidade podem ser vistas como um campo de experimentação (Sansão-Fontes et al. 2019). Projetos de arte urbana, transformações de espaços subutilizados e o fechamento temporário de ruas para o tráfego automóvel em prol de espaços pedonais são alguns exemplos práticos (Belitardo, 2023). Embora essas intervenções sejam temporárias, elas podem gerar dados e reações da população local que informam decisões urbanísticas permanentes no futuro.

As Vilas das Galinheiras, tal como outras áreas urbanas marginalizadas, sofrem com a falta de infraestruturas adequadas e espaços públicos de qualidade. Muitos dos seus problemas são de natureza sistêmica e de longa data, o que sugere que as soluções tradicionais de urbanismo podem ser limitadas pela demora e pelo custo elevado. É aqui que o urbanismo tático e as intervenções temporárias podem assumir um papel central.

Ao implementar intervenções temporárias, como áreas de convivência, pintura de vias públicas para promover o uso pedonal, ciclovias ou até mesmo a criação de hortas urbanas comunitárias em terrenos abandonados, ou em desuso, podemos promover uma regeneração gradual e inclusiva do espaço. Estas ações não requerem grandes investimentos e podem ser feitas com o apoio da comunidade local, tornando-se mais fáceis de adaptar às reais necessidades e vontades dos moradores.

Além disso, estas ações podem testar diferentes soluções urbanísticas antes de serem implementadas permanentemente, permitindo uma avaliação mais precisa do seu impacto e eficácia. Uma implementação do urbanismo tático nas Galinheiras poderia, por exemplo, transformar temporariamente uma rua subutilizada num parque de convivência, aumentando a segurança e a interação social entre os moradores.

Um dos elementos mais poderosos do urbanismo tático é a capacidade de envolver diretamente a população na transformação do espaço. Nas Galinheiras, isso poderia significar a organização de festivais de rua, eventos culturais e atividades comunitárias em espaços temporariamente adaptados para esse fim.

1.3 Sustentabilidade e Inclusão Social como Eixos da Regeneração Urbana

Inicialmente é importante referir o que se entende por sustentabilidade e inclusão social no contexto da regeneração urbana. A sustentabilidade significa à criação de cidades que consigam atender às necessidades das gerações presentes sem comprometer as gerações futuras. Isso inclui a promoção de práticas que reduzam o impacto ambiental, melhorem a qualidade de vida e estimulem o desenvolvimento económico local. Por outro lado, a inclusão social diz respeito à promoção de igualdade de oportunidades, de modo que todos os cidadãos, independentemente da sua origem socioeconómica, tenham acesso aos benefícios urbanos (ODS 11).

Uma cidade sustentável é necessariamente inclusiva, pois a marginalização social muitas vezes resulta em degradação ambiental, e a exclusão de certas populações das políticas de regeneração urbana pode originar ciclos de pobreza e desigualdade.

Nas Vilas das Galinheiras, a regeneração urbana exige que essas duas vertentes sejam priorizadas equilibradamente. O bairro apresenta, historicamente, altos níveis de pobreza, habitação precária e acesso limitado a serviços básicos. Muitos dos seus habitantes são emigrantes ou fazem parte de grupos sociais marginalizados, e a regeneração sem a devida atenção às suas necessidades poderia agravar as desigualdades existentes.

Sustentabilidade como Pilar de Regeneração

Para abordar a questão da sustentabilidade nas Vilas das Galinheiras, é essencial investir em infraestruturas verdes e práticas urbanas que promovam a eficiência energética. Mesmo que não seja o foco neste projeto, mas garantindo espaço para ser futuramente implementada. A criação de espaços verdes, a reabilitação de edifícios antigos com métodos sustentáveis e a promoção de formas de mobilidade não poluentes, como ciclovias e transporte público eficiente, são medidas fundamentais.

Segundo Newman e Kenworthy (1999: p. 211), as cidades sustentáveis "são caracterizadas por uma alta densidade habitacional e por um desenho urbano que privilegia o transporte coletivo e a eficiência no uso de recursos".

Além disso, a gestão adequada de resíduos e o acesso à água potável são aspetos fundamentais da sustentabilidade urbana. A implementação de sistemas de recolha seletiva de lixo e de soluções de saneamento que reduzam a contaminação do solo e dos cursos de água é uma prioridade nas comunidades com habitações informais, como as Galinheiras.

Inclusão Social como Vetor Transformador

Segundo Harvey (2008) "as políticas de regeneração urbana que não promovem a inclusão são políticas falhadas". A inclusão social não é apenas um objetivo final, mas também um meio de garantir que o processo de regeneração urbana responda às necessidades reais dos moradores. Por meio de consultas públicas, reuniões comunitárias e participação das pessoas, é possível integrar as ideias dos habitantes na conceção dos projetos urbanos. No contexto da habitação, a inclusão social passa pelo reconhecimento do direito à moradia digna para todos, sem discriminação. A habitação é um direito humano fundamental, como afirmado na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

Unindo sustentabilidade e inclusão social, resulta em regeneração urbana equitativa e comunidades resilientes. A capacidade de resistência das cidades a crises, sejam elas de natureza ambiental, económica ou social, é o que define a resiliência urbana. Uma regeneração sustentável e inclusiva tornaria bairros como as Vilas das Galinheiras mais resilientes perante as mudanças climáticas, crises económicas e exclusão social. Nas Vilas das Galinheiras, é fundamental promover o desenvolvimento de locais públicos, tais como parques, centros comunitários e mercados, para facilitar a interação entre diversos grupos sociais.

2. CAPÍTULO II

Ensaio Metodológico

2.1 Casos de Estudo

A crescente expansão e urbanização das cidades e a consequente pressão sobre as áreas metropolitanas levam a uma série de desafios relacionados à disponibilidade de moradias dignas e acessíveis. Neste contexto, a renovação urbana e a adaptação temporária de vilas e bairros surgem como estratégias importantes para garantir que todos os habitantes tenham acesso a residências de qualidade. Este trabalho propõe uma análise detalhada de três casos exemplares que ilustram abordagens inovadoras em contextos diversos: (1) Vila Maria Zélia em São Paulo, Brasil; (2) Urban Village, Space10; e (3) Songpa Micro-Housing em Seul, Coreia do Sul.

A Vila Maria Zélia, uma das primeiras vilas operárias do Brasil, é um exemplo histórico de integração de habitações com infraestrutura comunitária completa, como por exemplo, escolas, teatro e hospital. Atualmente a regeneração urbana tem transformado a vila e destacando o potencial de regeneração urbana em preservar e adaptar o patrimônio histórico para novas funções comunitárias e turísticas.

Por outro lado, o projeto Urban Village, desenvolvido pelo laboratório de pesquisa Space10 da IKEA, apresenta uma abordagem contemporânea para a habitação urbana sustentável e adaptável. Este conceito propõe moradias a evoluir conforme as necessidades dos moradores, utilizando materiais sustentáveis e incentivando a convivência comunitária. A flexibilidade e a sustentabilidade do Urban Village destacam a importância de criar soluções habitacionais preparadas para as mudanças futuras e que promovam um forte senso de comunidade.

Por fim, o Songpa Micro-Housing em Seul, projetado pelo escritório de arquitetura SSD, aborda o desafio da habitação em áreas urbanas densamente povoadas com unidades pequenas, mas altamente funcionais. Concluído em 2013, o projeto combina espaços para viver e trabalhar, promovendo uma integração funcional que reduz a necessidade de deslocamentos.

O principal objetivo dessa análise é tentar introduzir as lições aprendidas com esses três casos de estudo, e saber como, podem ser aplicadas na regeneração urbana das Vilas das Galinheiras, integrando conceitos de cidade flexível e temporária. A análise desses exemplos bem-sucedidos internacionalmente fornece orientações práticas e teóricas para a construção de cidades mais inclusivas, resilientes e sustentáveis.

Vila Maria Zélia, São Paulo, Brasil

A Vila Maria Zélia, localizada em São Paulo, Brasil, foi uma importante vila operária idealizada pelo industrial Jorge Street no início do século XX, que inspirou nas aldeias operárias da Europa com a intenção de abrigar 2500 funcionários que trabalhavam na filial da tecelagem Cia Nacional de Tecidos da Juta (Figura 3). Para projetar a nova vila operária, Jorge Street procurou na Europa um arquiteto que colocasse na prática a sua ideia de instalação digna simples, mas coerentes com a sua visão de justiça social. Foi então que escolheu o arquiteto francês Paul Pedraurieux. (Nascimento, D. (2012)



Figura 3- Vila Maria Zélia

Fonte: <https://vejasp.abril.com.br/coluna/sao-paulo-do-alto/vila-maria-zelia>

A vila teve o início da construção no ano 1912 e inaugurada durante o ano de 1917. Todo o trabalho de Paul Pedraurieux foi acompanhado de perto por Jorge Street que não queria que nada saísse do plano original. Graças a sua determinação tudo foi feito como o planejado, sem alterações.

Como uma vila em miniatura de cidades europeias, Vila Maria Zélia, com a sua arquitetura, contrasta com a paisagem urbana da cidade e revela os variados modos de morar daquele tempo. Contava com 198 casa de seis diferentes tipologias que variam entre 75 m² 110 m².

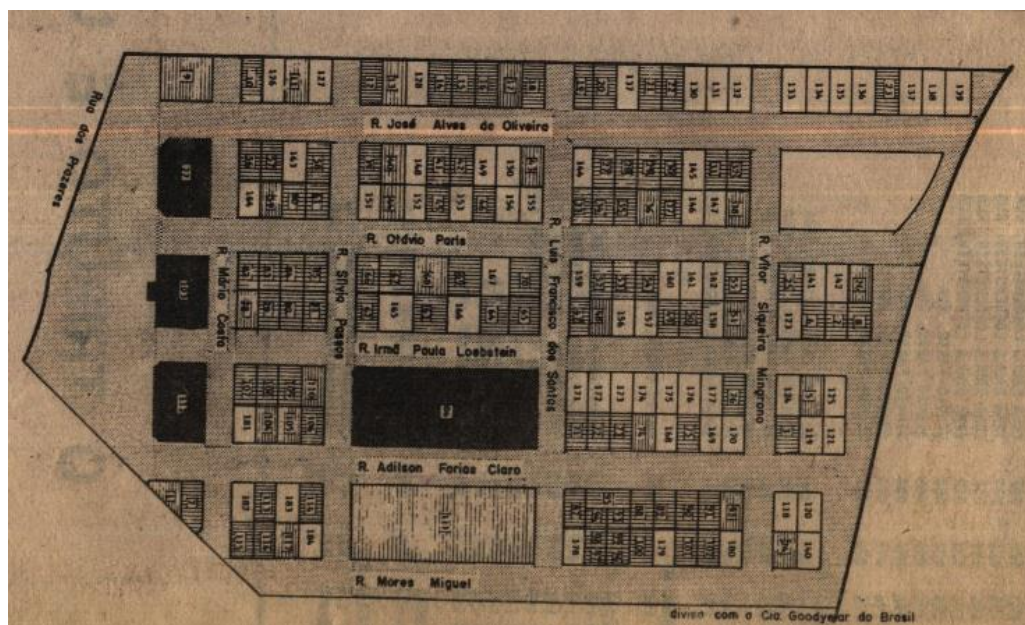


Figura 4: Planta de Localização/ Implantação da Vila Maria Zélia

Fonte: <https://saopauloantiga.com.br/vilamariazelia>

A Vila contava com capela, armazéns, ambulatório médico, farmácia, refeitório e equipamentos destinados ao lazer do trabalhador: salão de baile, um teatro improvisado junto ao salão, campo de futebol, quadra, coreto e praça. Em 1918 foi inaugurada a escola, que ocupava dois prédios distintos, separando meninos e meninas, cada qual com dois pavimentos, e em 1919 inaugurou-se o jardim de infância e a creche. Existia ainda um prédio que abrigava o dormitório de solteiro, com catorze aposentos individuais, sala de estar e jantar, sala de costura, cozinha, seis instalações sanitárias, uma sala de banho e dois tanques.

Apesar do crescimento inicial, Street acumulou dívidas e, em 1924, vendeu a vila e a fábrica à família Scarpa, que renomeou o local para Vila Scarpa, decisão que não agradou aos operários. Em 1929, com a crise financeira global, a família Scarpa enfrentou dificuldades e perdeu a propriedade para o Grupo Guinle, que restabeleceu o nome original, Vila Maria Zélia. Na virada dos anos 1930, devido a débitos fiscais, a vila e a fábrica foram confiscadas pelo governo federal e transferidas ao IAPI (atual INSS¹). A fábrica foi desativada em 1931 e permaneceu fechada até 1939, quando foi reaberta pela Goodyear (atualmente Titan Pneus). Durante esses anos, os moradores não pagaram aluguer, mas a partir de 1939, tornaram-se inquilinos do INSS. Em 1968, foram autorizados a comprar os seus imóveis. Os prédios funcionais, como escolas e armazéns, continuam sob propriedade do INSS e estão abandonados há décadas.

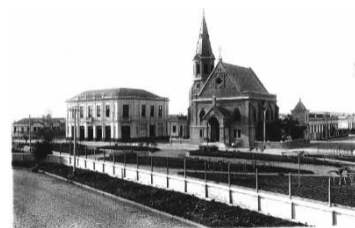


Figura 5: Amplitude da vila e as casas agrupadas no estilo europeu
Fonte: <https://lemad.fflch.usp.br/>

¹ INSS – Instituto Nacional de Segurança Social

A Vila Maria Zélia foi planejada como uma área residencial autossuficiente, refletindo ideais de bem-estar social e funcionalidade. O traçado da vila é ordenado, com ruas arborizadas, quadras organicamente interligadas, circulação eficiente e convivência comunitária harmoniosa.

As ruas são amplas, com passeios largas que incentivam o uso pedonal. A organização das ruas segue um padrão ortogonal, facilitando a orientação e o deslocamento dos moradores. A vila possui várias praças e espaços abertos, destinados ao lazer e à socialização dos moradores. Estes espaços são caracterizados por jardins, bancos e áreas sombreadas, que servem como pontos de encontro e socialização. As moradias na Vila Maria Zélia variam entre casas agrupadas e isoladas (Figura 5). As casas, dispostas em fileiras, compartilham paredes laterais, maximizando o uso do terreno disponível, com fachadas simples, janelas e portas de madeira e telhados inclinados com telhas cerâmicas. As casas isoladas, ocupando lotes maiores, possuem jardins frontais e traseiros, oferecendo mais espaço e privacidade aos moradores, com arquitetura simples, mas elegante, e elementos ornamentais variados (SPA, 2012).



Figura 7: Inauguração da Vila Maria Zélia
Fonte: <https://saopauloantiga.com.br/>

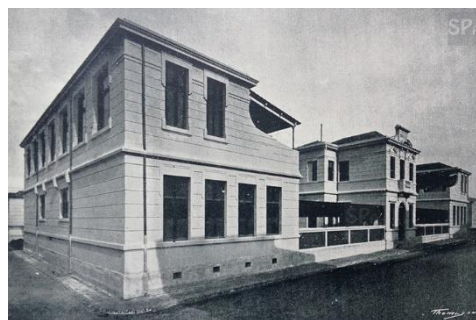


Figura 6: Escola de meninos em 1917
Fonte: <https://saopauloantiga.com.br>

A infraestrutura comunitária da vila, avançada para a época, inclui escolas separadas para meninos e meninas (Figura 7), com edifícios resistentes e bem ventilados; o Teatro da Vila Maria Zélia (Figura 6), um edifício cultural significativo com uma fachada imponente e interior acolhedor; uma igreja com arquitetura neogótica, vitrais coloridos e uma nave ampla; e um clube e hospital que ofereciam instalações recreativas e cuidados médicos aos moradores, respectivamente.



Figura 8: Imagens da Evolução, Degradação e Reabilitação da Vila
 Fonte: <https://saopauloantiga.com.br/>

Nos últimos anos, a preservação da Vila Maria Zélia envolveu várias estratégias de reabilitação e conservação. Projetos de restauro foram conduzidos para preservar os detalhes arquitetônicos originais, recuperando fachadas, telhados e elementos decorativos com materiais e técnicas compatíveis com os usados originalmente. A reutilização adaptativa transformou edifícios comunitários desativados em centros culturais, museus e espaços de trabalhos, mantendo a sua relevância para a comunidade. A regeneração dos espaços públicos incluiu a melhoria das ruas e praças, renovação da pavimentação, plantação de árvores e instalação de mobiliário urbano. (Neves, D. (2017))

A participação ativa dos moradores tem sido essencial para o sucesso dos projetos de reabilitação, com consultas públicas e oficinas garantindo que as intervenções atendam às necessidades e desejos da comunidade.

A Vila Maria Zélia é um exemplo notável de como a preservação do patrimônio arquitetônico e urbano pode contribuir para a regeneração de uma área, mantendo a sua relevância histórica enquanto se adapta às necessidades contemporâneas da comunidade. Porém, como mostra a figura 8, para além da regeneração das habitações, infelizmente partir de ser considerado em 1992 com património histórico, os principais edifícios caíram no abandono e estão cada vez mais no processo de degradação, mas, por outro lado os moradores da vila batalham para a regeneração da vila. (Scifoni, S. 2017)

Urban Village, Space 10

SPACE10² e EFFEKT³ Architects apresentam uma visão de como projetar, construir e compartilhar as nossas futuras casas, bairros e cidades de modo a melhorar a nossa qualidade de vida. O projeto Urban Village (Figura 9) é uma iniciativa inovadora para repensar e transformar os espaços urbanos, visando criar comunidades mais sustentáveis, acessíveis e habitável. Para promover uma comunidade unida, cultivando o sentido de pertença, aliviando aquele progressivo e generalizado sentimento de isolamento causado principalmente pelos ritmos prementes da vida quotidiana, o programa inclui sistemas de apoio a refeições comunitários, creche para crianças, espaços de convivência multiusos e intercâmbios, agricultura urbanas, atividades físicas, mantimentos e transporte compartilhado. Uma “interface” digital para gestão diária de serviços e instalações partilhadas e apoio a vida quotidiana dos residentes. (designboom, Space10 + EFFEKT 2019)

“O Projeto Aldeia Urbana é o nosso modelo para uma comunidade de vida compartilhada para pessoas de todas as idades, origens e situações de vida. O objetivo é permitir uma vida quotidiana melhor através dos benefícios de uma comunidade unida com acesso a instalações e serviços partilhados”. (Space10, 2019, n.p)



Figura 9: O Projeto Urban Village é uma visão para uma comunidade habitacional sustentável
O Projeto Urban Village é uma visão para uma comunidade habitacional sustentável

² Space10 - Laboratório global de investigação e design da IKEA

³ EFFEKT é uma colaboração arquitetônica em Copenhague, Dinamarca, que atua nas áreas de arquitetura, urbanismo e pesquisa.

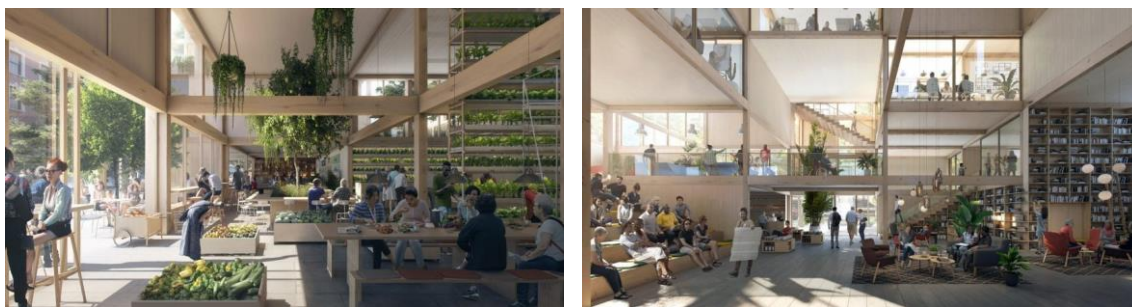


Figura 10: As instalações compartilhadas incluiriam transporte, refeições, espaços de trabalho e creche

Fonte: <https://space10.com/projects/urban-village>

O Projeto Aldeia Urbana tornaria a vida sustentável uma parte integrante da vida cotidiana por meio de soluções integradas como a recolha de água limpa, a produção de energia, a reciclagem, a produção local de alimentos. Até mesmo toda a estrutura arquitetónica está enraizada em materiais sustentáveis e numa abordagem circular ao nosso ambiente construído.

A arquitetura do Projeto Vila Urbana seria baseada num sistema construtivo modular padronizado e feito de madeira laminada cruzada, uma madeira que traz enormes vantagens ambientais e supera o aço e o concreto em vários níveis. Também está comprovado que viver em edifícios de madeira proporciona melhor saúde e bem-estar às pessoas. O sistema modular pode ser usado para construir de tudo, desde moradias agrupadas a arranha-céus, desde casas individuais até espaços que abrigam várias pessoas sob o mesmo teto. (The Urban Village Project – urbanNext)



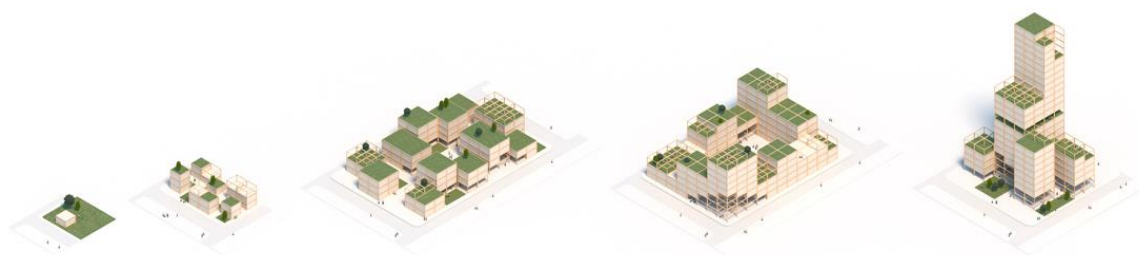


Figura 11: Sistemas de Construção, Módulos e as Variedades de Extensões
Fonte: <https://urbannext.net/the-urban-village-project/>

Este sistema modular poderia ser pré-fabricado, produzido em massa e embalado planamente, para reduzir custos e impacto ambiental, reduzindo a quantidade de dióxido de carbono emitido durante a construção. Isso também permitiria que os materiais de construção fossem desmontados e reconfigurados com facilidade.

O sistema foi projetado para desmontagem, abrindo um ciclo de materiais verdadeiramente circular, onde componentes e materiais de construção podem ser reutilizados e substituídos, em vez de desperdiçados. Isso pode ser uma virada de jogo para a indústria da construção. Os residentes poderiam simplesmente reorganizar os compartimentos conforme necessário, substituindo quaisquer elementos do módulo que precisassem de reparos. Isto permite uma vida flexível e adaptável.

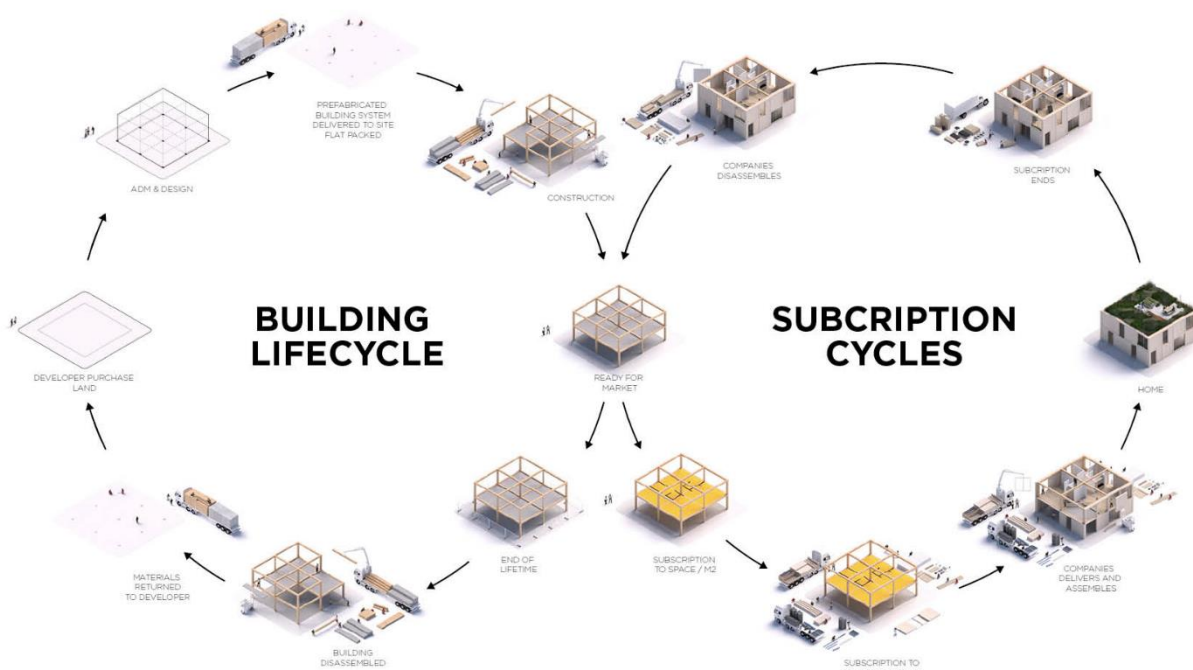


Figura 12: Ciclo de Materiais, modular
Fonte: <https://urbannext.net/the-urban-village-project/>

Songpa Micro-Housing, Seul, Coreia do Sul

Songpa Micro Housing é um projeto do atelier SsD Architecture de 2014, situado no meio urbano de Songpa-Gu em Seul, na Coreia do Sul. Esta cidade passou por um período de modernização, depois da destruição que ocorreu com a guerra da Coreia nos anos L(cinquenta), a partir dessa época começaram a substituir os materiais de costume que era na maioria madeira, por betão, aço e vidro, assim como cresceu a valorização do espaço exterior e da natureza. No entanto, a problemática da densidade urbana e os custos de habitação são um problema global não deixando de fora a capital coreana, e à medida que os tipos de unidades habitacionais ficam menores, os custos dos terrenos quando somados com as margens de lucro criam um tipo de imóvel provisório e com pouco valor social. (Songpa Micro-Housing 2015)



O edifício foi projetado com uma área total construída de 510 m², inserido num terreno urbano com um total de 204 m². O revestimento do edifício é feito por tiras de aço inoxidável desenvolvidos parametricamente e que funcionam como separadores de privacidade, como uma barreira de segurança dos pisos inferiores e como guarda-corpos das varandas. Também servem como drenagem de água e para esconder as infraestruturas de gás e de luz, facilitando o acesso, conforme previsto pelo plano regulamenta da cidade.

Figura 13: Alçado Frontal Songpa Micro Housing

Fonte: <https://www.ssdarchitecture.com/works/residential/songpa-micro-housing/>

Além das habitações, o edifício também inclui espaços semipúblico e espaço externos, como varandas e pátios, que criam intersecções entre o público e o privado, interior e exterior, criando tecidos sociais entre vizinhos. Assim, a flexibilidade do projeto permite mudanças nas condições de trabalho e vida, permitindo que os moradores tenham maior tempo de ocupação do edifício. Para garantir uma quantidade de utilizadores, todos os espaços são cuidadosamente organizados, permitindo uma variedade de ocupação espacial do piso semipúblico, que também servi de extensão de espaço social das habitações.



Figura 14: Planta do piso térreo/ Piso 1

Fonte: <https://www.ssdarchitecture.com/works/residential/songpa-micro-housing/>

Para os moradores, cada espaço restante é importante, incluindo a cave e o primeiro andar. Esses espaços têm micro unidades que podem ser transformadas em galerias ou serem utilizados para outros propósitos conforme a necessidade dos moradores. Esses espaços estão relacionados às unidades como espaço partilhado. Com uma boa iluminação natural, e um espaço sem impedimentos visuais, todo o espaço de circulação permite interação social e reforçar uma ideia de geradora da micro cidade dentro do edifício.

O estacionamento obrigatório no térreo funciona como uma praça pública para eventos e o miniauditório também funciona como entrada para o café e para a galeria de brinquedos abaixo do nível do solo.



Figura 15: Entrada principal, Escada/ miniauditório

Fonte: <https://www.ssdarchitecture.com/works/residential/songpa-micro-housing/>

O edifício conta com 14 blocos habitacionais flexíveis que podem ser adaptáveis, que permitem que os residentes reivindiquem um único espaço ou, no caso de um casal ou amigos desejarem, recombina os blocos para configurações maiores, graças às adjacências e às pontes, permitindo assim outras configurações do espaço. Gerando ainda mais a ideia de comunidade, os espaços expositivos no térreo, subsolo e segundo andar estão espacialmente ligados às unidades como uma sala de estar compartilhada.

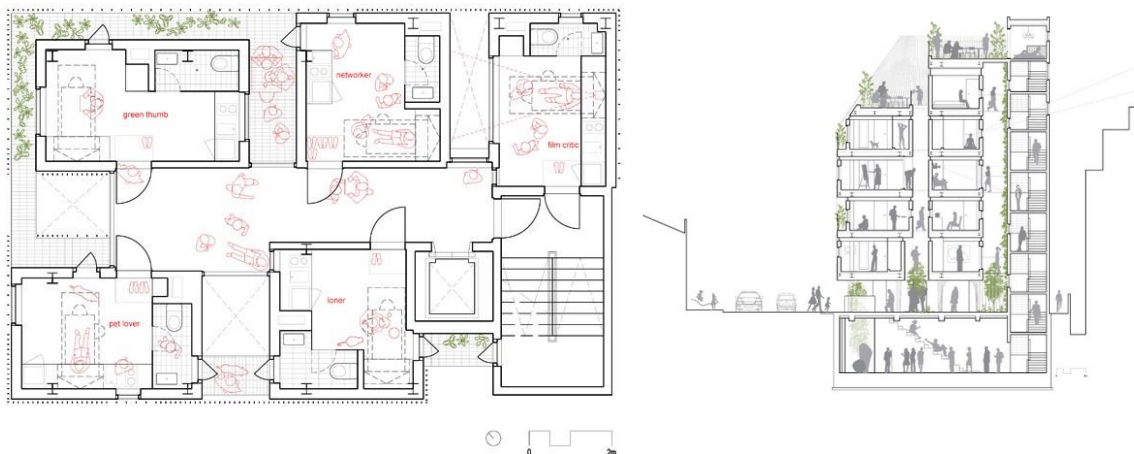


Figura 16: Planta piso 2 / Corte

Fonte: <https://www.ssdarchitecture.com/works/residential/songpa-micro-housing/>

As habitações são divididas em duas tipologias, sendo a unidade básica com cerca de 11 m² e a dupla tem pouco mais de 22 m². Além de pequenas janelas em locais pontuais e de grandes entradas de luz na zona superior da parede, provocando uma sensação de espaço, e tem ainda uma abertura para as varandas de cada apartamento.

Por via de paredes eficientes, as habitações permitem todos os aspetos da vida diária, permitindo as multifuncionalidades de cada unidade. O armazenamento é pensado para garantir a eficácia máxima. Um exemplo é a zona de dormir, sendo recolhida durante o dia para dentro do armário, deixando essa área abrangente para eventualmente ser usada como um espaço para refeições e outros, as instalações sanitárias são um pequeno espaço com o essencial e a zona de confeção de refeições limita-se a uma pequena bancada.

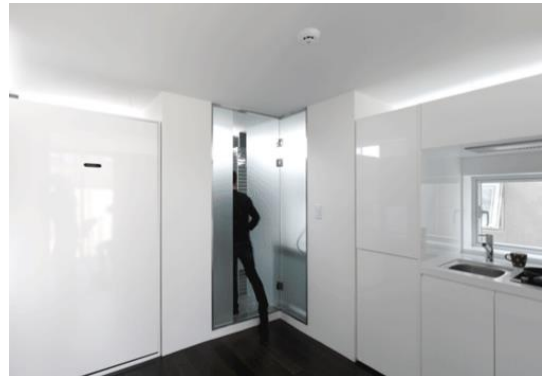


Figura 17: Unidade simples/ Duplas

Fonte: <https://www.ssdarchitecture.com/works/residential/songpa-micro-housing/>

2.2 Entrevista

A entrevista (anexo A), com o especialista em políticas de habitação, Gonçalo Antunes, realizado no dia 13/11/2023, teve uma parte importante para o desenvolvimento do projeto. Antunes abordou diversos desafios contemporâneos relacionados à habitação e ofereceu uma visão valiosa sobre a regeneração urbana em contextos específicos, como as vilas operárias, especialmente na freguesia de Santa Clara, em Lisboa.



A entrevista permitiu abordar os desafios contemporâneos da habitação em Portugal. O Gonçalo salientou que o aumento dos preços das rendas e dos imóveis desde 2015 é um dos maiores problemas enfrentados, especialmente nas áreas metropolitanas de Lisboa, Porto e no Algarve. Essa subida rápida gera dificuldades de acesso à habitação, afetando tanto o mercado de compra quanto o de arrendamento. Ele explicou que isso provoca uma fragmentação social e territorial, com populações de rendimentos mais baixos sendo empurradas para áreas periféricas, criando, assim, um risco de *"desunião de classes"* na cidade.

Essa reflexão é importante, ao evidenciar como as desigualdades de acesso à habitação podem ser ampliadas por dinâmicas de mercado desreguladas, algo que certamente afeta as Vilas das Galinheiras, onde há uma grande concentração de populações de menor renda e um contexto de precariedade habitacional.

Outro ponto importante abordado foi a questão da reabilitação de vilas operárias e o equilíbrio entre a preservação do património histórico e a atualização da infraestrutura. O entrevistado fez uma distinção importante entre as vilas operárias da freguesia de Santa Clara, que são posteriores àquelas do período industrial da cidade, e as vilas operárias clássicas, como as da zona de Alcântara e Braço de Prata, que têm um valor histórico mais evidente. Ele argumentou que as vilas de Santa Clara, muitas delas construídas de maneira informal na década de 1950 e 1960, não têm o mesmo valor patrimonial, influenciando diretamente nas abordagens de reabilitação.

Este esclarecimento traz uma nova perspetiva para o desenvolvimento de estratégias de regeneração urbana nas Vilas das Galinheiras. A falta de valor histórico comparável às vilas mais centrais significa que, para além da preservação, a prioridade deve ser a criação de habitação digna e moderna, com infraestrutura adequada para garantir qualidade de vida aos residentes, algo que já havia sido considerado na minha pesquisa, mas foi reforçado por essa abordagem.

Por fim, ao mencionar os projetos de reabilitação em Lisboa, como o caso da Vila Dias, Gonçalo indicou como algumas vilas operárias, pelo seu potencial imobiliário e localização, podem ser alvos de gentrificação, o que poderia ser um risco para áreas como as Galinheiras. Portanto, qualquer intervenção de regeneração urbana precisa equilibrar o desenvolvimento imobiliário com a proteção das populações residentes, para evitar a expulsão dessas comunidades para zonas mais periféricas e desprovidas de serviços.

Esta entrevista forneceu informações e dicas importantes sobre como moldar estratégias integradas de regeneração urbana que considerem a inclusão social e a sustentabilidade. Os desafios relacionados à coesão social, ao impacto das políticas habitacionais e à preservação patrimonial devem ser abordados com cuidado para garantir uma moradia digna para todos, como o próprio título da minha tese sugere.

2.3 O Processo

O processo iniciou-se com uma visita guiada, organizada pelo LabTUR 2.0 – Laboratório de Ensaio de Metodologias de Intervenção na Cidade Existente, com o suporte da Câmara Municipal de Lisboa (CML), pela zona de intervenção, freguesia de Santa Clara mais precisamente na Ameixoeira e Galinheiras. A visita foi acompanhada pela Arquiteta Cláudia Baptista e o Sociólogo Álvaro Fernandes da CML. Durante a visita, pudemos identificar de perto as problemáticas da zona e cada um escolher o que na sua opinião teria maior necessidade de um plano urbano, visando ajudar a melhorar as condições de vida para os moradores. No caso deste estudo em particular foi possível observar de perto a realidade das habitações nas Vilas das Galinheiras, uma oportunidade importante para entender o contexto em que vivem os moradores dessa zona.



Figura 18: LabTUR 2.0, 2023/ 2024

Após essa visita, foram realizadas algumas reuniões com a GEBALIS, a entidade responsável pela gestão dos bairros municipais. Nesses encontros, foi possível aprofundando o conhecimento sobre os desafios enfrentados pelos residentes, especialmente no que diz respeito às condições das habitações. Houve também algumas visitas, em várias ocasiões, onde se realizaram conversa com alguns dos moradores, o que me ajudou a compreender melhor as suas necessidades e aspirações.

Ao conhecer o dia a dia da comunidade permitiu perceber as diferentes dinâmicas que coexistem nas vilas. Por exemplo, observou-se como a população está dividida em dois grandes grupos: por um lado, há os idosos e as famílias que já vivem ali há muitos anos; por outro, temos os emigrantes, que acabam muitas vezes por deixar a zona devido à falta de condições básicas.

Relativamente às casas em si, notou-se que muitas delas carecem de condições habitacionais mínimas. Algumas não possuem sequer uma instalação sanitária adequada, e a falta de manutenção é evidente em várias construções. Durante as visitas, foi possível identificar as tipologias das casas, o espaço disponível em cada módulo habitacional.



Figura 19: Imagens das Vilas/ Estado Atual



Figura 20: Imagens das Vilas/ Estado Atual

O mais marcante foi perceber que, apesar de todas as dificuldades, há pessoas que trabalham em casa, mesmo sem as condições necessárias para isso. Isso reforça a urgência de uma intervenção mais profunda nas vilas. É claro que a situação está longe de ser ideal, especialmente para as famílias que estão ali há muito tempo, e ainda mais para os emigrantes que vêm à procura de uma vida melhor, mas acabam por sair devido às circunstâncias.

Este processo de observação direta permitiu uma visão mais clara da realidade das vilas da Galinheiras e das necessidades urgentes dos seus moradores. As visitas, as reuniões e as conversas permitiram-me não só identificar os problemas, mas também pensar em possíveis soluções ser trabalhadas em conjunto com a comunidade.

3. CAPÍTULO III

Vila Das Galinheiras (AUGI)

3.1 Contexto Histórico e Caracterização do Território

“Situado no limite norte da cidade, num triângulo que envolve os Municípios de Lisboa, Odivelas e Loures, o Bairro das Galinheiras oferece-nos uma variável de histórias, que ganham vida em cada recanto, em cada morador, entre vilas, prédios, betão, tijolos e paisagem rural.”

(Agenda Cultural; Lis. 2013)



Figura 21: Mapa de Localização, freguesia de Santa Clara

As Galinheiras, geograficamente, um bairro localizado na freguesia de Santa Clara, na zona norte de Lisboa, com uma série de vias que conectam o bairro a outra região da cidade, surgiu como resultado de um processo de urbanização acelerada que marcou a cidade nas décadas de 1960 e 1970. Esse período foi caracterizado pela expansão urbana impulsionada por um intenso fluxo migratório, especialmente de populações vindas de áreas rurais e das antigas colónias portuguesas na África. Esses migrantes, ao chegarem a Lisboa, encontraram poucas alternativas de habitação e acabaram ocupando periferias da cidade, onde desenvolveram moradias informais e uma diversidade cultural significativa ao bairro. Tal cenário originou um crescimento urbano desordenado e carente de infraestruturas, o que contribuiu para a marginalização de zonas como as Galinheiras (Costa, 1999; Santos, 2002).



Figura 22: Mapa de Evolução Histórica de 1911,1970,2001,2023. Seguindo a ordem da esquerda para direita.

Fonte: Elaborado por nós da LabTUR 2023/ 2024

Estudo da Funcionalidade e serviços pelo LabTUR 2.0



Figura 23: Levantamento do Sistema de Funcionalidade e Serviços da freguesia Santa Clara
Fonte: Elaborado por nós da LabTur 2.0, 2023/2024

Historicamente, a área das Galinheiras sempre foi considerada periférica relativamente ao centro da cidade, mas as características do bairro mudaram ao longo das décadas com as iniciativas do Estado português para melhorar a qualidade de vida nas periferias. Nos anos 80 e 90, o governo implementou projetos de realojamento e construção de habitações sociais, em parte sob o Programa Especial de Realojamento (PER), que visava substituir bairros de barracas e melhorar as condições de vida dos residentes. Apesar desses esforços, muitas dessas áreas, incluindo as Galinheiras, continuaram a enfrentar desafios socioeconómicos significativos, como o desemprego elevado e um acesso limitado a serviços de saúde e educação (Alves, 2007; Pereira, 2010).

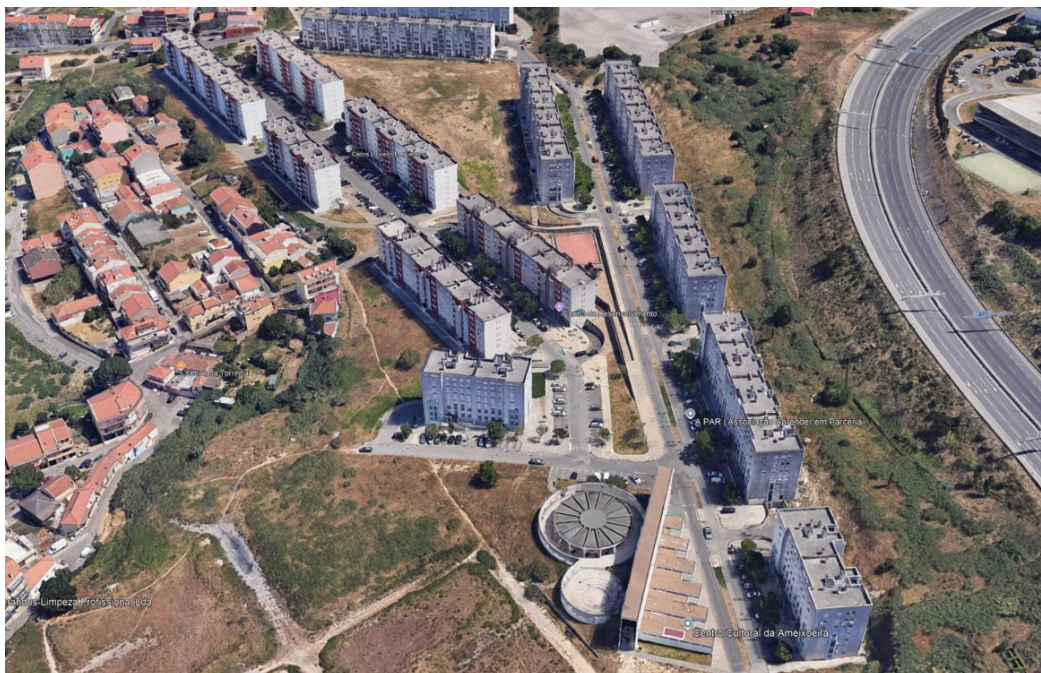


Figura 24: PER na zona das Galinheiras
Fonte: Google Earth

Do ponto de vista socioeconómico, as Galinheiras são caracterizadas por uma população jovem, na sua maioria, com baixos rendimentos e baixa escolaridade. Esses fatores refletem a ausência de oportunidades económicas robustas e a falta de acesso a empregos estáveis, resultando numa dependência das redes de apoio social do governo. As condições habitacionais, embora tenham melhorado ao longo dos anos, ainda enfrentam problemas de conservação e sobrecarga habitacional em algumas áreas. Esses aspetos contribuem para a manutenção de um contexto de exclusão social e dificultam o desenvolvimento económico do bairro (Fonseca, 2013; Lopes, 2018).

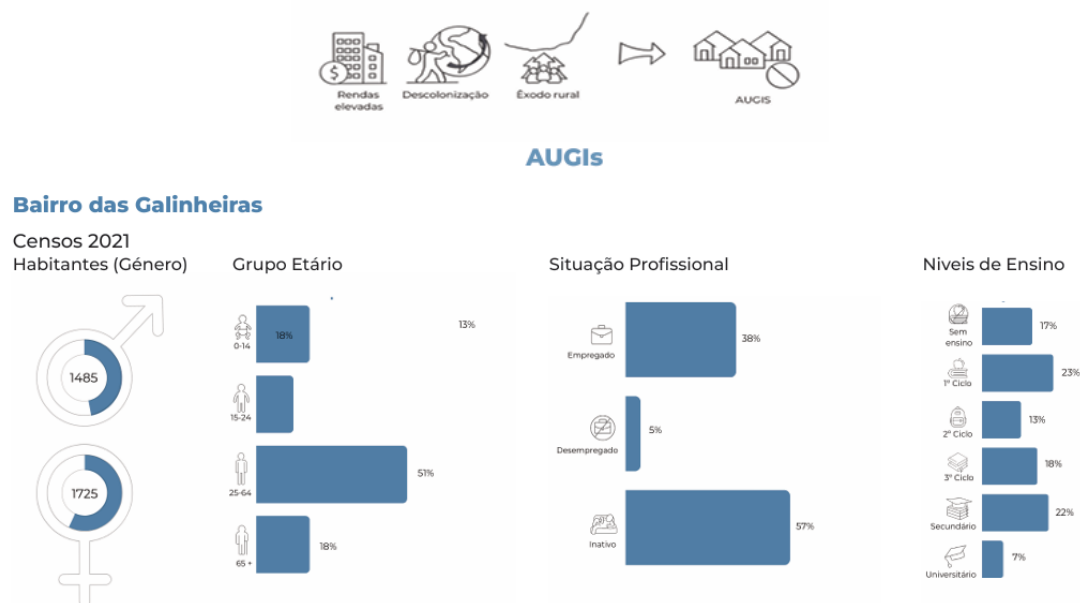


Figura 25: Gráfico de levantamento Socioeconómico das Galinheiras
Fonte: Dados fornecidos pelo INE, Gráfico elaborado por nós do LabTur 2.0, 2023/ 2025

Além dos aspetos socioeconómicos, as Galinheiras também enfrentam desafios de segurança e convivência social, influenciados tanto pelas condições de marginalização económica quanto pela densidade populacional do bairro. A falta de espaços públicos adequados e a limitada oferta de atividades recreativas e culturais acabam reforçando a imagem de um território estigmatizado, dificultando a integração do bairro na dinâmica mais ampla de Lisboa. Essa classificação tem impactos diretos na perceção pública das Galinheiras, influenciando o tratamento dado ao bairro por parte das políticas públicas e pela sociedade em geral (Fernandes, 2020; Martins, 2021).

Por fim, as políticas urbanas para as Galinheiras e outras zonas periféricas de Lisboa têm buscado promover a inclusão e o desenvolvimento sustentável por meio de programas de regeneração urbana e social. Iniciativas como a criação de centros comunitários e o incentivo a projetos educativos e de formação profissional visam responder às necessidades específicas do bairro, combatendo os efeitos da marginalização e proporcionando alternativas de crescimento social e económico. Contudo, o sucesso dessas políticas ainda depende de uma abordagem integrada que inclua investimentos em infraestrutura e no combate à exclusão social, pontos fundamentais para a transformação efetiva do território (Silva e Almeida, 2019).

3.2 Estratégia Integradas de Regeneração Urbana das vilas das Galinheiras

A primeira fase do projeto, a ideia central foi entender o conceito de uma cidade temporária e o que a torna possível. Procurou-se aprofundar nos fundamentos desse tipo de espaço urbano, entender as suas origens e as necessidades que surgem ao criar uma estrutura que, embora passageira, tenha funcionalidade, identidade e propósito.

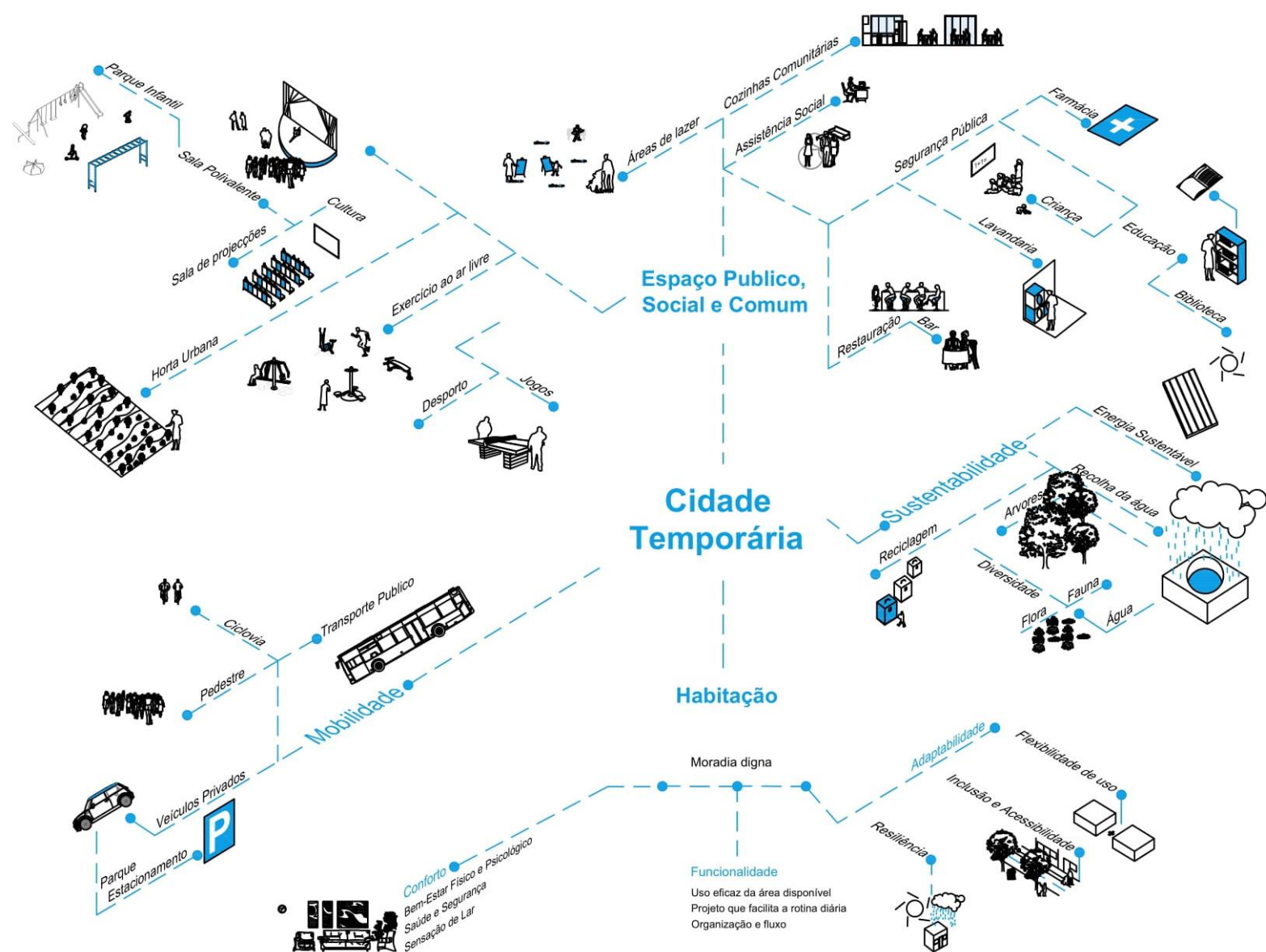


Figura 26: Diagrama Cidade Temporária
Fonte: Autoria própria

O conceito de "cidade temporária" como já definido anteriormente no "CAPÍTULO I" é fascinante porque ela nasce, se desenvolve e desaparece, mas deixa marcas profundas em quem a vivência. Ela surge para atender a demandas específicas, seja por um evento cultural, uma necessidade social ou circunstâncias emergências. E com isso, levanta-se questões como: o que é necessário para criar um espaço que seja seguro, funcional e capaz de reunir uma comunidade, mesmo que por um tempo curto?

No contexto deste projeto, o conceito de cidade temporária desempenhou um papel essencial para responder à precariedade habitacional observada nas Vilas das Galinheiras. Como solução intermediária, permitiu-se abordar as necessidades habitacionais imediatas sem comprometer o desenvolvimento de transformações permanentes. As estruturas temporárias planeadas foram concebidas não apenas como abrigos, mas como espaços que oferecem segurança, conforto e respeito à dignidade dos moradores, enquanto soluções definitivas são implementadas.

A ideia de aplicar o conceito de cidade temporária na regeneração das Vilas das Galinheiras surgiu a partir da constatação de que esse bairro sempre foi um ponto de partida para muitos emigrantes. Esses indivíduos, ao chegarem a Lisboa em busca de melhores condições de vida, encontram nas Galinheiras um local provisório para reorganizar as suas vidas, antes de se mudarem para outras áreas da cidade. Dessa forma, as intervenções de regeneração devem considerar essa dinâmica de mobilidade e transição, oferecendo soluções habitacionais temporárias enquanto são planeadas soluções permanentes.

Além disso, apesar das condições precárias de infraestrutura, é essencial preservar o património das Galinheiras. Muitas das moradias e estruturas do bairro têm valor histórico e cultural, refletindo a memória coletiva das gerações que ali viveram. Assim, mesmo que essas edificações não atendam plenamente aos padrões de uma habitação digna, é necessário preservar esse legado, adaptando-o de forma sustentável às necessidades contemporâneas, sem negligenciar o direito dos moradores a condições de vida melhores e mais inclusivas.

Assim, a cidade temporária revelou-se mais do que uma solução transitória. Foi configurada como um momento estratégico para testar ideias e desenvolver intervenções que impactassem tanto as condições materiais quanto os laços sociais da comunidade, preparando o terreno para um modelo urbano mais inclusivo e resiliente.

Para construir uma Cidade Temporária, é necessário considerar diferentes aspectos fundamentais, como a habitação, os espaços públicos, e as infraestruturas essenciais para o bem-estar dos seus ocupantes. Este diagrama(figura26), organiza esses elementos em várias categorias essenciais, que juntos, criam um ecossistema funcional, seguro e inclusivo para os residentes temporários.

Começando pelo **Espaço Público, social e Comum** é essencial na construção de uma Cidade Temporária para promover interação, inclusão e pertencimento entre os utilizadores, mesmo que num contexto de curta duração. Esses espaços são desenhados para facilitar encontros e trocas sociais, permitindo que a comunidade se expresse e compartilhe experiências, criando um ambiente acolhedor e colaborativo. Eles oferecem suporte físico e simbólico para atividades culturais, comerciais e recreativas, incentivando o engajamento e a construção de uma identidade coletiva provisória, mas significativa, que define a essência da cidade temporária.

A **Mobilidade e a Sustentabilidade Ambiental** são pilares importantes para constituição de uma cidade temporária. A mobilidade eficiente reduz o trânsito e a poluição, facilitando o deslocamento rápido e seguro dos habitantes e visitantes, com alternativas sustentáveis, como transporte coletivo e opções não motorizadas (bicicletas, por exemplo). Já a sustentabilidade ambiental busca minimizar o impacto ecológico, promovendo o uso de materiais recicláveis, energia renovável e a gestão adequada de resíduos, assegurando que o espaço seja construído, utilizado e desativado sem degradar o ambiente local. Esses elementos tornam a cidade temporária funcional, acessível e ecologicamente responsável.

E por fim, **Habitação** exerce papel central ao prover abrigo seguro, funcional e adaptável às necessidades transitórias dos habitantes. Ela deve ser rápida de montar e desmontar, sustentável e capaz de oferecer conforto básico, promovendo um senso de comunidade. Além de garantir proteção e privacidade, a habitação temporária facilita a logística, organiza o espaço urbano e contribui para a eficiência dos serviços, impactando diretamente na qualidade de vida e na coesão social durante a ocupação temporária do espaço.

3.3 Sistemas de Funcionamento

Mobilidade Urbana

A mobilidade nas Galinheiras é um desafio constante para os moradores. A ligação com outras partes de Lisboa é limitada, com poucas opções de transporte público direto para o centro da cidade. Tem algumas linhas de autocarros, mas eles não são tão frequentes e, em horários de pico, ficam bastante lotados. É comum ver moradores usando bicicletas ou mesmo caminhando longas distâncias para alcançar outras áreas da cidade. Carros são um recurso comum aqui, mas o estacionamento é escasso e as ruas, algumas vezes, ficam congestionadas, especialmente nas horas de entrada e saída das escolas e do trabalho.

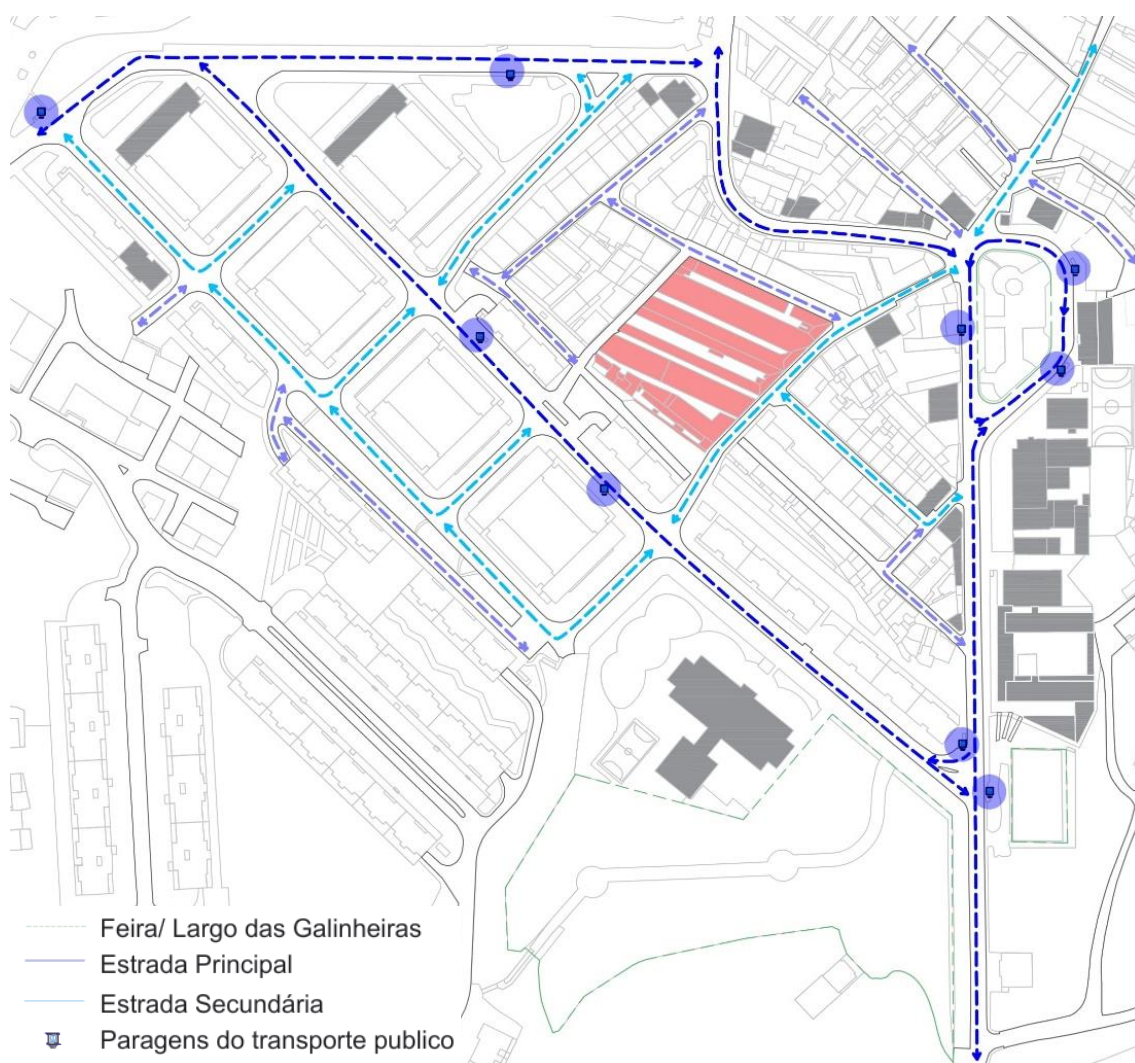


Figura 27: Mobilidade Urbana nas Galinheiras, Lisboa
Fonte: Autoria Própria

Permeabilidade

Por ser um bairro pequeno, a permeabilidade urbana da vila, tem uma grande facilidade com que se consegue movimentar entre os serviços que estão todos centralizados perto uma da outra, mas também enfrenta algumas limitações. O bairro é um conjunto de ruas e becos que, muitas vezes, parecem labirintos, tornando algumas áreas de difícil acesso, especialmente para pessoas idosas ou com mobilidade reduzida.

Serviços

Quanto aos serviços, as Galinheiras têm ainda um caminho a percorrer, não tem muitas opções de supermercados, farmácias ou centros de saúde. Embora existam pequenos comércios de bairro, como mercearias e cafés, muitas vezes precisam sair das Galinheiras para fazer compras mais completas ou mesmo para ter acesso serviços de saúde. Existem alguns centros comunitários e associações que oferecem apoio social e atividades para jovens, mas sente-se falta de infraestrutura pública mais robusta.

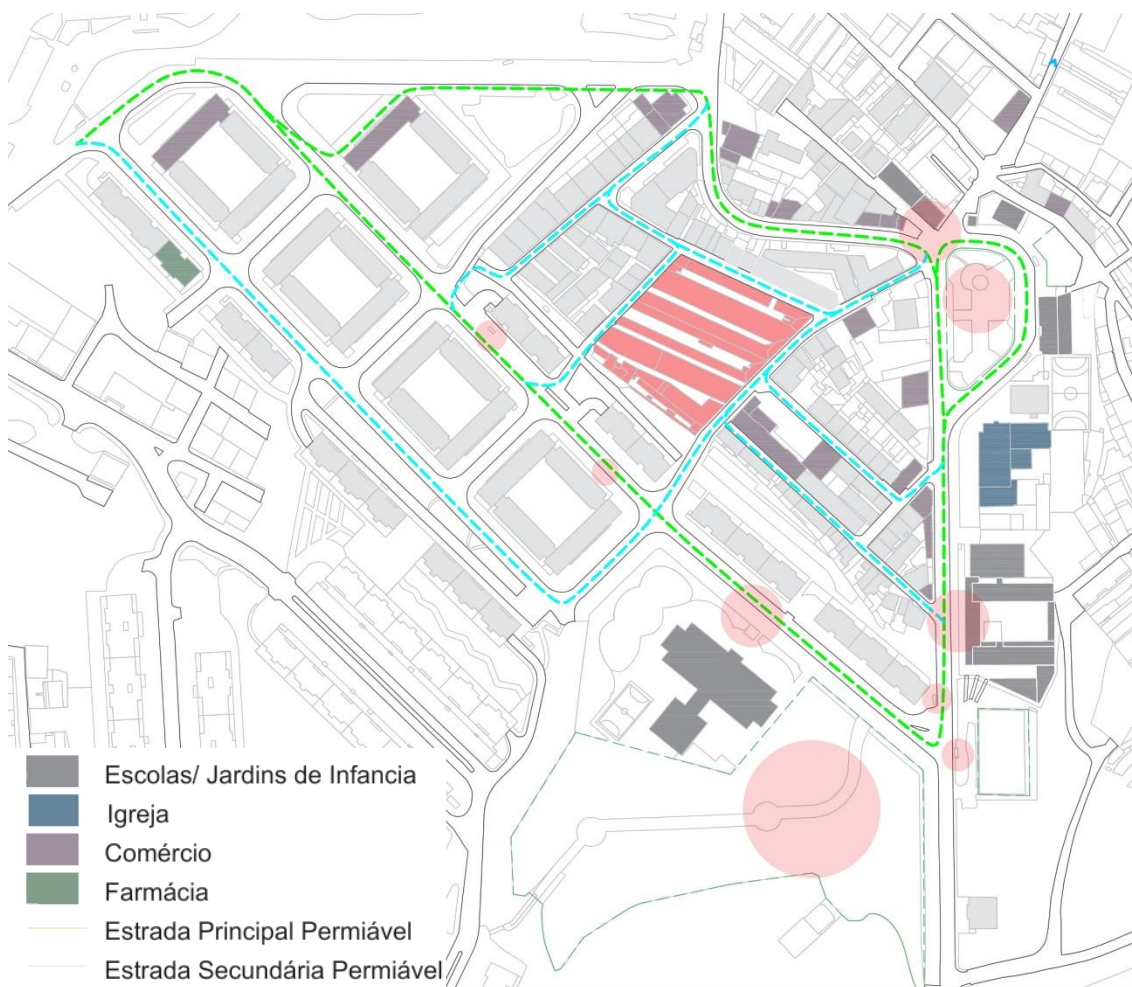


Figura 28: Permeabilidade Urbana, Serviços e Habitação das Galinheiras
Fonte: Autoria Própria

Espaços Verdes

Os espaços verdes são um tema delicado nas Galinheiras embora tenha algumas áreas de lazer, como pequenos jardins e parques improvisados, eles não são suficientes para a população do bairro. Os espaços existentes necessitam de manutenção, e é comum ver brinquedos quebrados, bancos danificados e pouca vegetação bem cuidada. Como resultado, muitos acabam evitando esses espaços, pois não são vistos como seguros ou acolhedores. A presença de mais áreas verdes bem-cuidadas faria uma diferença incrível, proporcionando um lugar para as famílias relaxarem e as crianças brincarem ao ar livre.



Figura 29: Espaço Verdes e Sistema solar das Galinheiras
Fonte: Autoria Própria

3.4 Problemáticas das Vilas



Figura 30: 3D da Vila das Galinheiras na Atualidade

Fonte: Autoria Própria

Na atualidade as Vilas das Galinheiras, enfrentam uma série de problemáticas que comprometem tanto a qualidade de vida dos seus moradores quanto o desenvolvimento urbano da região. Um dos problemas mais críticos é a precariedade das habitações com dimensões pequenas que gera em torno de 20 m² a 35 m² por módulo refletida em edificações com estruturas instáveis e construções irregulares que, além de não cumprirem as normas de segurança, também são limitadas em termos de conforto térmico e luminoso. Essas habitações, muitas vezes construídas improvisadamente, necessitam de um planejamento urbano adequado, o que se reflete num ambiente onde falta infraestrutura básica para atender às necessidades fundamentais da população.

A falta de saneamento básico é outro problema grave e recorrente na Vila. Muitos moradores não têm acesso adequado a redes de água potável e esgoto, ou seja, não tem instalações sanitárias, contribuindo para a proliferação de doenças e compromete a saúde pública, ficando exposta a más condições que geram impacto negativo na saúde dos residentes, especialmente das crianças e idosos, que são os mais vulneráveis.

A disposição das habitações também é um fator problemático. As casas são construídas muito próximas umas das outras, impedimento tanto a circulação de ar quanto a entrada adequada de luz natural. Esse tipo de planeamento gera ambientes fechados e escuros, que, com a falta de ventilação, promovem condições propícias à humidade e ao mofo. Além disso, a proximidade extrema entre as construções reduz a mobilidade na própria vila, criando ruas estreitas e pouco acessíveis.

3.5 Proposta de intervenção – Projeto

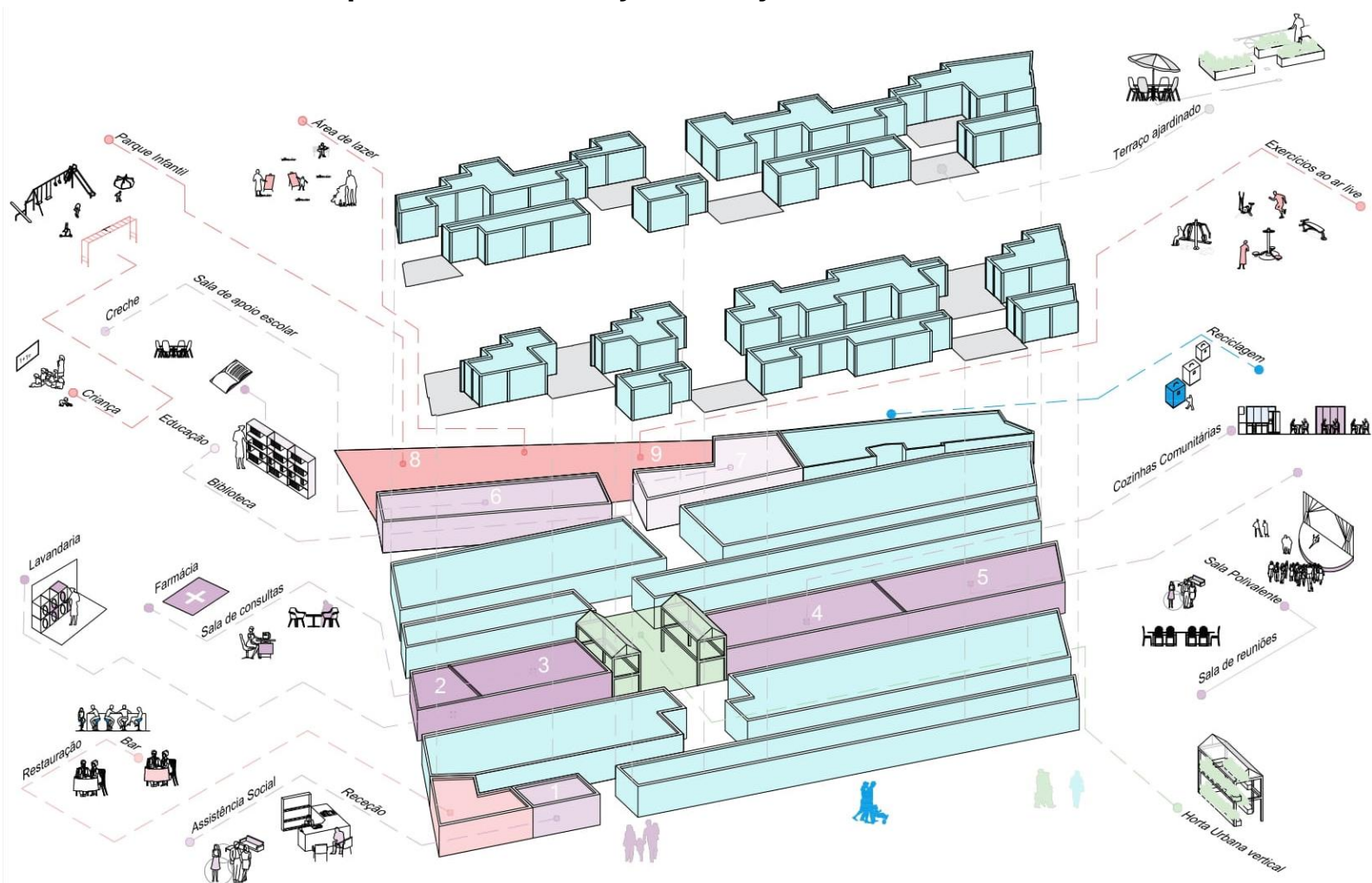


Figura 31: Diagrama da proposta para o projeto

Fonte: Autoria Própria

A proposta do projeto se organiza em duas fases fundamentais: a fase dos Serviços, que abrange os espaços públicos e comuns, e a fase da Habitação. Primeiramente, abordaremos a concepção dos Serviços, focado nos aspetos que visam proporcionar um suporte social e uma estrutura de conexão comunitária essenciais para os moradores e frequentadores.

Na proposta apresentada, o conceito de urbanismo tático foi adotado como uma abordagem para promover mudanças urbanas rápidas e com baixo custo, focadas na regeneração urbana da Vila das Galinheiras, como já explicado no Capítulo I. O urbanismo tático busca a transformação de espaços subutilizados e a criação de intervenções temporárias que possam se tornar soluções de longo prazo, com a participação ativa da comunidade local no processo.

Exemplos incluem implementar áreas de convivência, a pintura de vias públicas para incentivar o uso pedonal, a criação de ciclovias e hortas urbanas em terrenos abandonados e testar soluções urbanísticas antes de serem permanentemente implementadas, permitindo uma avaliação mais precisa do impacto das mudanças. Esse tipo de intervenção também se alinha ao objetivo de regeneração gradual e inclusiva do espaço, criando um ambiente mais seguro e promovendo a interação social entre os moradores.

Os estudos de caso analisados forneceram importantes lições para o desenvolvimento da proposta de regeneração urbana das Vilas das Galinheiras. O conceito de **cidade temporária** foi explorado a partir de projetos como *Urban Village* e *Songpa Micro-Housing*, que demonstraram soluções modulares e transitórias para habitação digna em contextos de vulnerabilidade. O **urbanismo tático** foi destacado como uma abordagem para intervenções rápidas e acessíveis, utilizando exemplos de espaços comunitários temporários e conversões criativas de áreas urbanas subutilizadas.

A **sustentabilidade** emergiu como um pilar fundamental, com práticas como o uso de materiais ecológicos, energia renovável e reaproveitamento de infraestruturas existentes, exemplificadas por todos os estudos. A **inclusão social** foi central na concepção de espaços que promovem convivência e participação comunitária, garantindo que as soluções atendam às necessidades diversas da população.

O ponto de partida desta primeira fase é a criação de uma **sala de assistência** (figura 32) **social e recepção 1**, estrategicamente posicionada na rua principal da vila. Este espaço funcionará como um ponto de apoio acessível a todos, onde as pessoas poderão buscar informações sobre os serviços disponíveis e receber orientação ou ajuda para questões sociais, administrativas e comunitárias. A escolha dessa localização ao lado de um restaurante-bar pré-existente, um estabelecimento que optou por permanecer na área que reforça o papel central e de fácil acesso deste espaço de recepção, promovendo um ambiente acolhedor e integrado à dinâmica social da vila.

Como uma solução para as dificuldades de acesso e circulação já abordadas no capítulo anterior, a proposta inclui a abertura de novas ruas internas, formando uma rede de ruas de conexão entre as vilas e ruas principais. Essa reorganização tem o objetivo de facilitar o fluxo de pessoas, oferecendo trajetos mais diretos e promovendo uma integração harmônica dos espaços, além de melhorar a segurança e a acessibilidade.

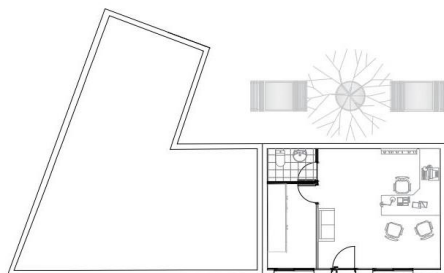


Figura 32: Planta Restaurante Bar/ Serviço Social e Recepção
Fonte: Autoria Própria

Dando continuidade à concepção dos Serviços no centro das vilas, a proposta visa garantir uma estrutura de apoio que seja acessível e equitativa tanto para os moradores do lado norte quanto do lado sul. Esta centralização procura facilitar o acesso e promover o uso coletivo dos espaços.

Lavandaria 2: Um espaço de lavandaria comunitária será disponibilizado, permitindo que os moradores tenham acesso a um serviço prático e essencial para o dia a dia. Esta lavandaria promoverá economia de recursos e incentivará o uso colaborativo, atendendo eficientemente tanto os moradores da vila quanto ao bairro.

Farmácia com Sala de Consulta 3: A inclusão de uma farmácia é fundamental, dada a demanda existente na região. Além de suprir as necessidades da vila, esta farmácia atenderá também aos bairros vizinhos, incluindo as zonas das Galinheiras e Ameixoeira, que atualmente dispõem de apenas uma farmácia para cobrir toda a área. A proposta inclui uma **sala de consulta** anexa à farmácia, onde profissionais de saúde poderão realizar atendimentos pontuais e prestar orientações à comunidade quando necessário (figura 33).

No coração do projeto, a **horta urbana vertical (figura 33)** desempenhará um papel central. Este espaço verde não só fomenta práticas sustentáveis de cultivo como também cria uma praça de convivência para os moradores, promovendo interação e fortalecimento dos laços comunitários. Além disso, considerando a feira semanal das Galinheiras, que ocorre aos domingos e se estende até as 14h, a praça da horta servirá como um ponto de referência para quem busca alimentos frescos fora desse horário. A produção da horta será destinada, prioritariamente, à **cozinha comunitária** da vila, que fica ao lado, mas, caso haja excedente, os produtos serão vendidos na praça, atendendo tanto a vila quanto os visitantes.



Figura 33: Plantas da Lavandaria, Farmácia e a Horta Urbana Vertical
Fonte: Autoria Própria

A **cozinha comunitária 4**, (figura 34), será um espaço dedicado ao preparo de refeições coletivas e para uso compartilhado pelos moradores. Além de promover a integração entre os habitantes, essa cozinha incentiva práticas colaborativas e de economia de recursos, criando um ambiente onde todos podem compartilhar refeições, aprender sobre alimentação sustentável e aproveitar os produtos frescos cultivados na horta urbana.

Como complemento aos serviços comunitários, uma **sala polivalente 5**, será incluída, servindo a uma variedade de funções, como atividades culturais, eventos sociais e oficinas. A sala de reuniões, por sua vez, será um espaço destinado a encontros comunitários e reuniões organizacionais, fortalecendo o engajamento dos moradores na gestão e desenvolvimento de atividades da vila.

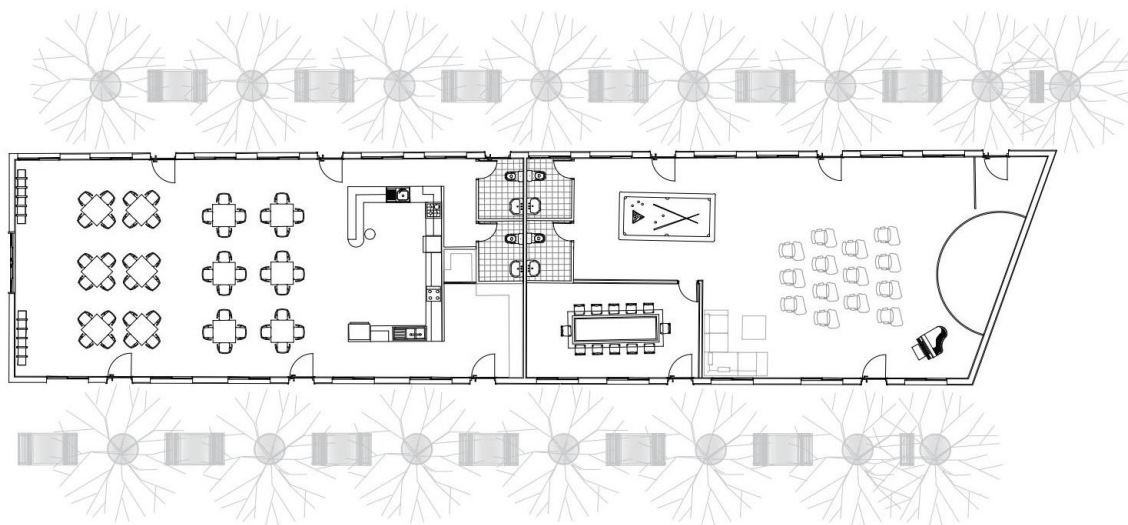


Figura 34: Planta da Cozinha Comunitária e Sala Polivalente
Fonte: Autoria Própria

Para completar a proposta de Serviços, no lado norte da vila – uma localização estratégica próxima às duas escolas das Galinheiras – foram planeados espaços voltados ao desenvolvimento infantil, ao aprendizado e à convivência. Esta escolha visa atender diretamente as necessidades das famílias da região, facilitando a vida dos pais e proporcionando às crianças e aos idosos um ambiente seguro e estimulante.

A proposta inclui uma **creche** próxima às 2 escolas das Galinheiras, oferecendo um espaço seguro e acessível para o cuidado infantil, e durante o horário de trabalho dos pais, com atividades educativas e recreativas para o desenvolvimento das crianças. Ao lado, uma **sala de estudo e biblioteca comunitária** permite que crianças e adolescentes estudem e realizem atividades acadêmicas, entre outros, promovendo a leitura e o aprendizado. Esse espaço também será um ponto de encontro para idosos, favorecendo a convivência da comunidade. Na área externa, um **parque infantil e mobiliário de treino ao ar livre** incentivam atividades físicas e interação social para todas as idades. **Áreas verdes com bancos e árvores** entre as vilas complementam o projeto, proporcionando locais de descanso e convívio num ambiente mais agradável e integrado. (figura 35)

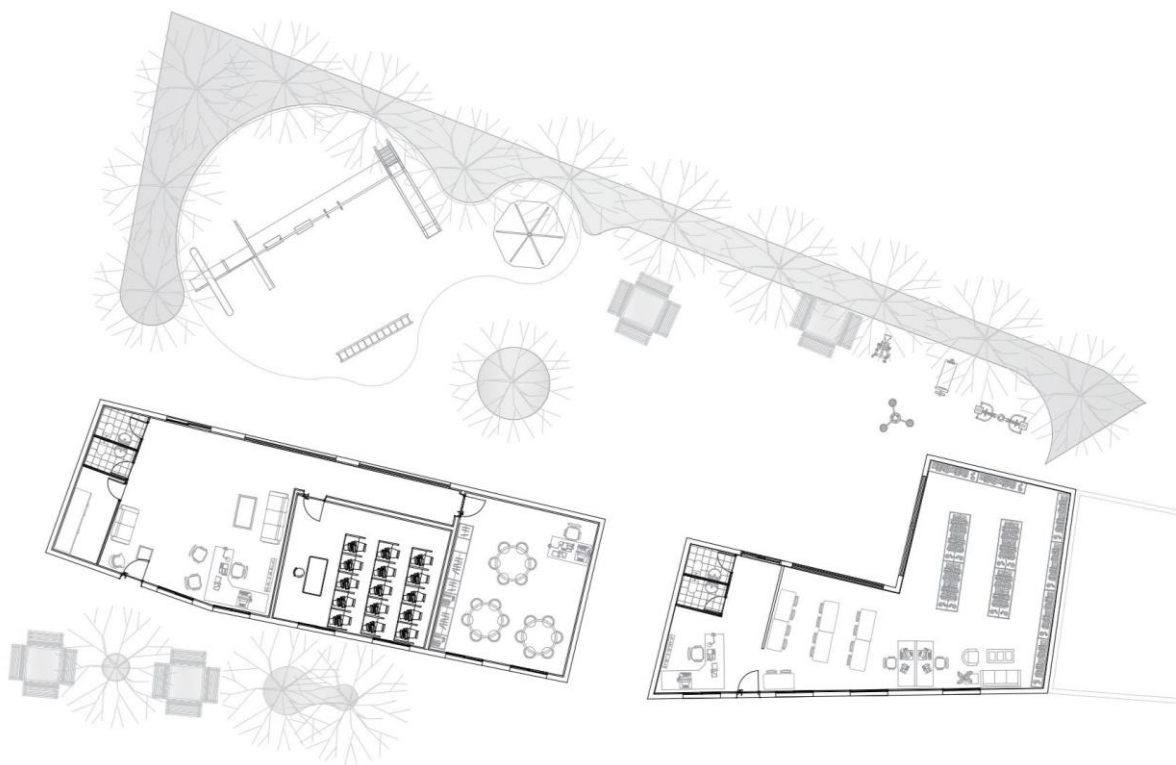


Figura 35: Plantas de Creche, Biblioteca, Parque Infantil, Zona de Lazer
Fonte: Autoria Própria

O projeto da **regeneração habitacional** pretende primeiramente a melhoria das condições de vida dos moradores, baseando-se num processo participativo que permitiu uma compreensão profunda das necessidades e aspirações da comunidade. Através desse processo de escuta ativa e coleta de informações, estabeleceu-se uma métrica que visa garantir uma área mínima de aproximadamente 35 m² para cada tipologia de habitação, para oferecer um espaço habitacional digno e funcional. Essa abordagem considera também a adaptabilidade para atender às dinâmicas de vida dos moradores, em particular os emigrantes, valorizando o potencial de flexibilidade do espaço e respeitando a estrutura existente, uma vez que demolições não são uma opção. (figura 36)

As primeiras intervenções focaram-se na melhoria da qualidade das habitações existentes, com ênfase em soluções que otimizam o conforto ambiental e funcional dos espaços. Foram realizadas aberturas estratégicas nos vãos para maximizar a entrada de luz natural e promover a ventilação cruzada, melhorando a qualidade do ar interno. Além disso, os pisos, muros e coberturas passaram por requalificações, com a aplicação de revestimentos térmicos e acústicos, que garantem um ambiente interno mais confortável e eficiente em termos de controlo de temperatura e ruído. (figura 37)

O saneamento básico foi outra prioridade, com a instalação de redes de esgoto e abastecimento de água, além de áreas de higiene pessoal e culinária, que incluem instalação sanitária e cozinha em algumas unidades onde essa infraestrutura era deficitária.

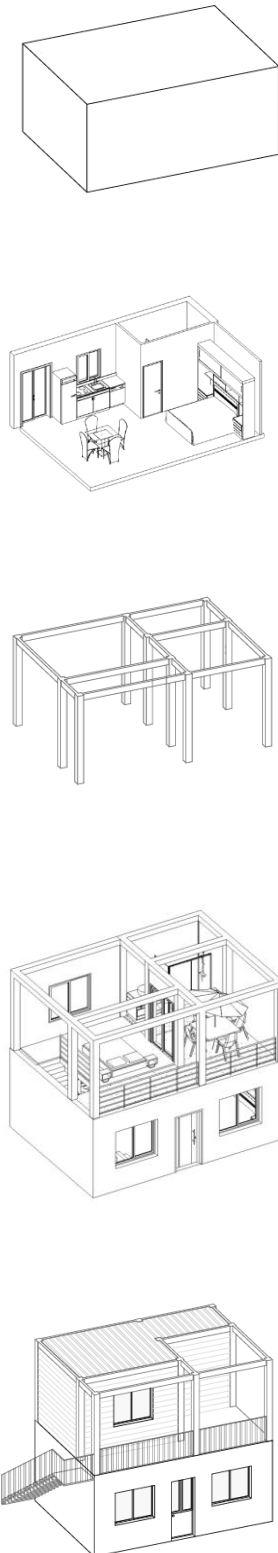


Figura 36: Conceção e Flexibilidade do espaço
Fonte: Autoria Própria

Corte construtivo da Habitação

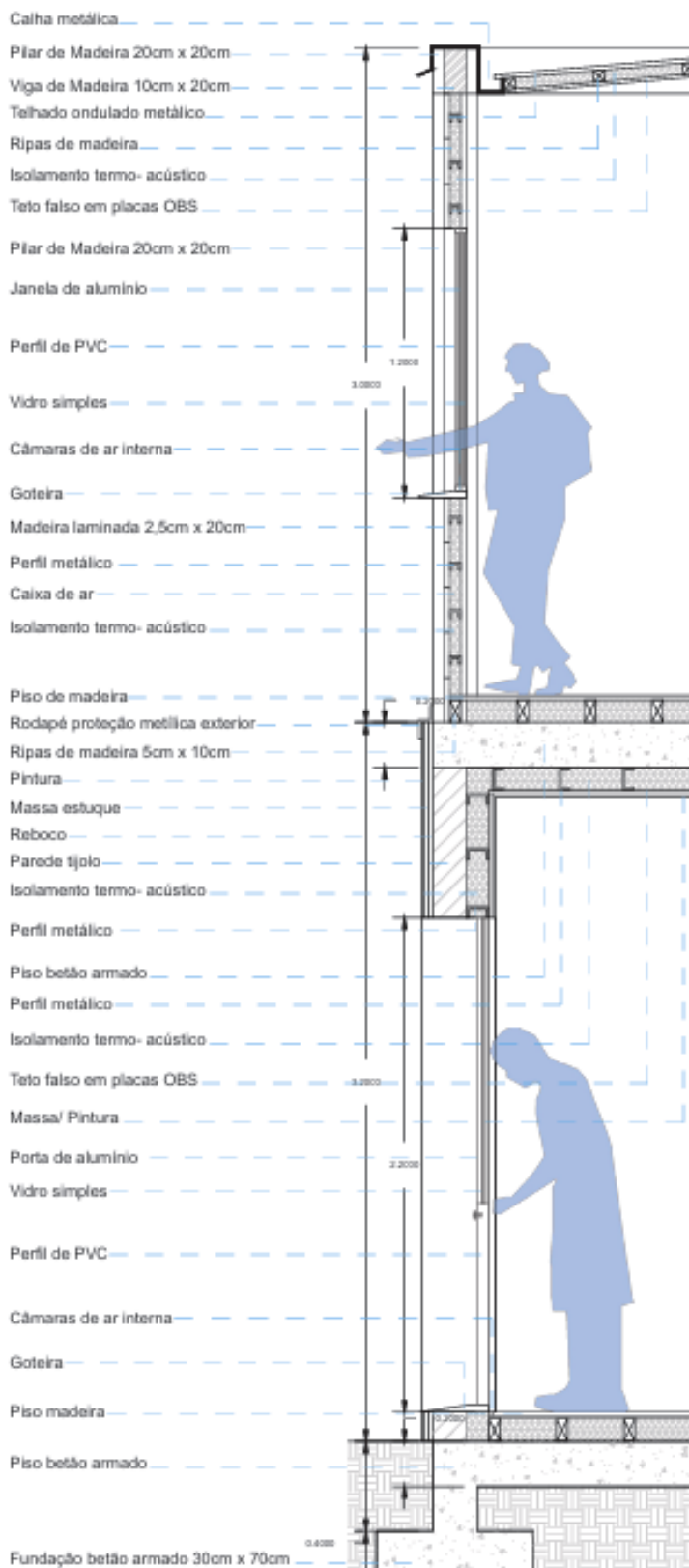
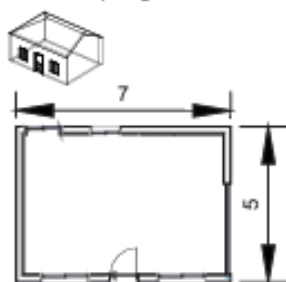


Figura 37: Corte construtivo das habitações
Fonte: Autoria Própria

Após garantir as melhorias estruturais e funcionais, o projeto avança para a adaptação e flexibilidade dos módulos habitacionais. Cada módulo habitacional foi projetado para poder expandir lateralmente, permitindo um crescimento gradual do espaço conforme a necessidade de cada família. Além disso, há a possibilidade de uma ampliação vertical com a adição de um segundo piso em madeira, uma opção pensada tanto para respeitar a estrutura existente quanto para fornecer uma alternativa de baixo custo e menor impacto estrutural.

O objetivo final é desenvolver habitações que não apenas atendam às necessidades atuais dos moradores, mas que possam ser ajustadas ao longo do tempo conforme as famílias crescem e as suas condições de vida mudam. Essa abordagem holística, que abrange desde a melhoria dos elementos físicos até a criação de uma estrutura habitacional flexível, busca proporcionar uma moradia digna, adaptável e que valorize o sentimento de comunidade e segurança dos moradores.

● Módulo Tipológico/ Métrica



● Módulo Tipológico I/ T0



● Módulo Tipológico I + 1/ T1 +



● Módulo Tipológico I + 1/ T0 +



● Módulo Tipológico I + 1/ T1/ T2



● Módulo Tipológico I + 1/ T2



● Módulo Tipológico I + 2/ T2 +



● Módulo Tipológico I + 1/ T2 +



● Módulo Tipológico I + 1/ T3 +

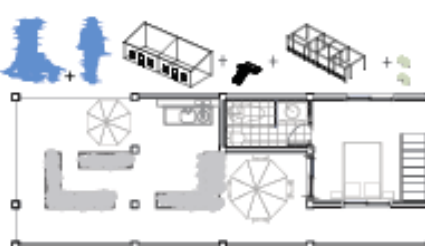
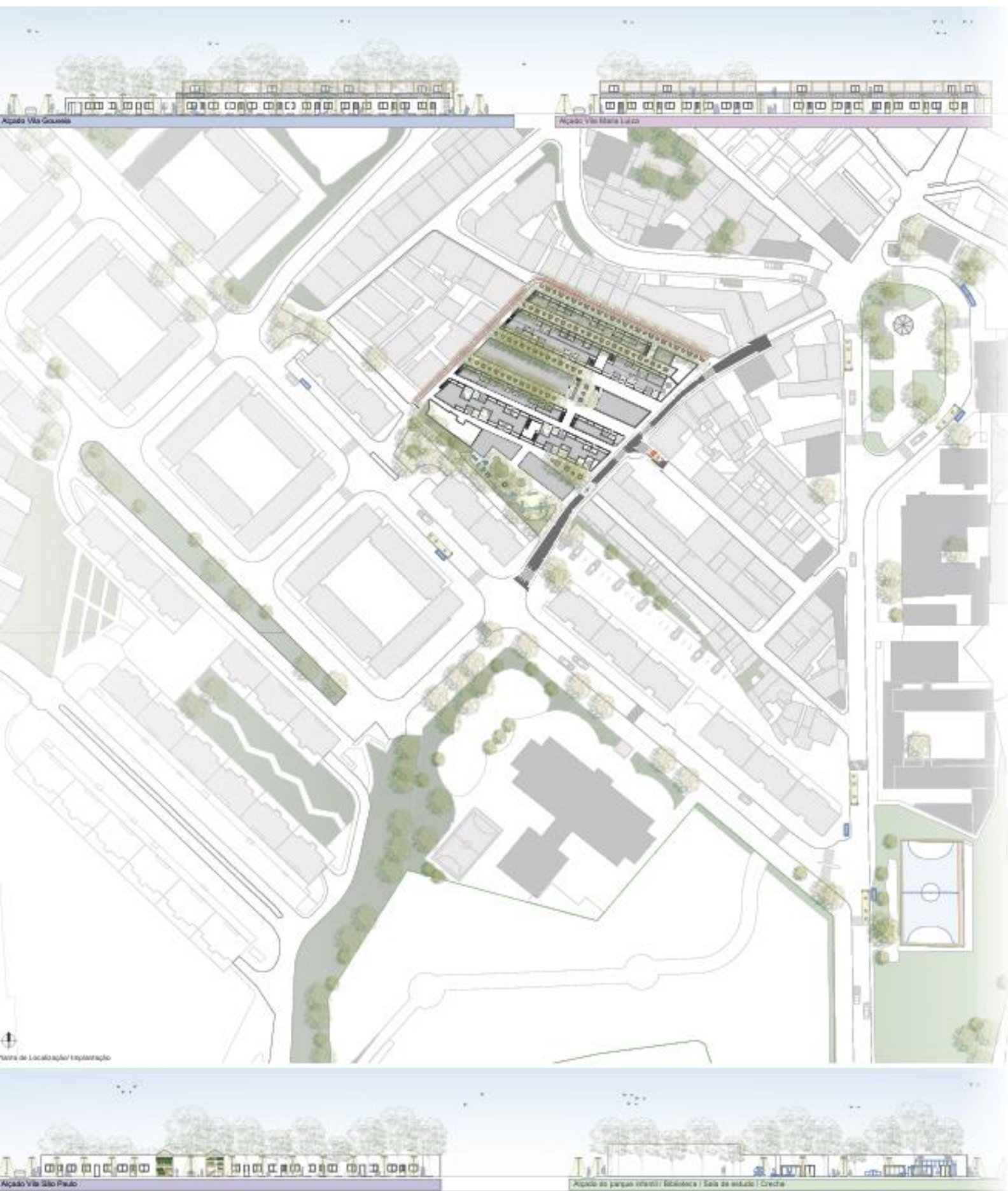


Figura 38: Tipologias habitacionais propostas
Fonte: Autoria Própria



A regeneração urbana de espaços visa transformar áreas subutilizadas ou degradadas em ambientes funcionais, sustentáveis e atraentes, promovendo tanto a preservação quanto a modernização do seu património arquitetónico e cultural. Esse processo de valorização do património histórico respeita e resgata os elementos culturais, proporcionando uma conexão profunda entre o passado e o futuro. (figura 39)



Figura 39: Perspetiva da Vila Gouveia
Fonte: Autoria Própria

A proposta de regeneração urbana sustentável busca criar espaços que atendam às necessidades da sociedade contemporânea sem comprometer os recursos naturais, promovendo o uso eficiente de recursos e a integração entre natureza e espaço construído. A acessibilidade e o bem-estar dos utilizadores são prioridades, garantindo espaços inclusivos e funcionais, que ampliam o acesso e o conforto para todos. (figura 40)

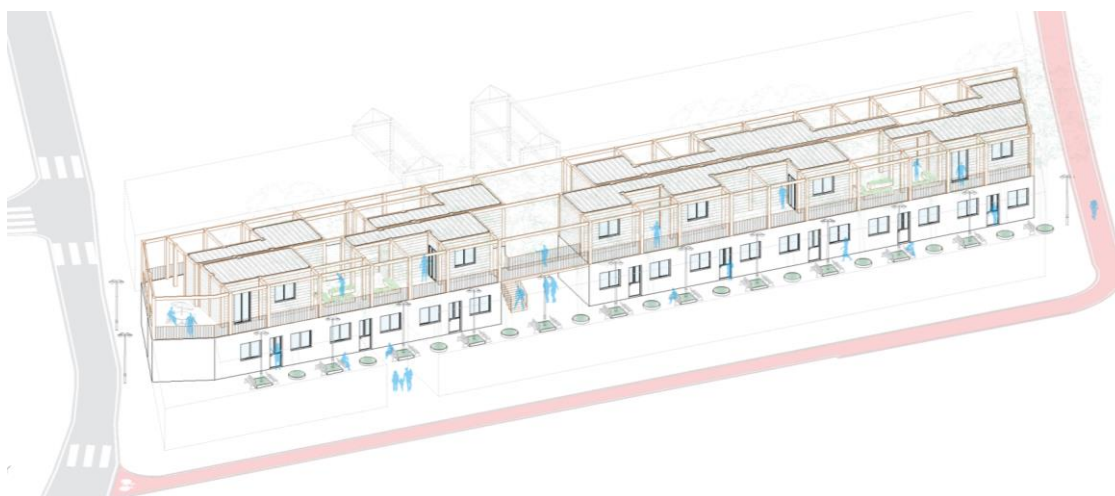


Figura 40: Perspetiva da Vila Maria Luiza
Fonte: Autoria Própria

Cada detalhe do projeto é pensado para que a estética e a funcionalidade se complementem, em harmonia com o meio ambiente, permitindo a criação de ambientes que refletem o equilíbrio entre sustentabilidade e inovação. (figura 41) Essa reabilitação proporciona um impacto positivo na vida das pessoas, fortalecendo a identidade cultural e social, e resultando em áreas mais vivas, seguras e conectadas com as necessidades das suas comunidades. (figura 42)

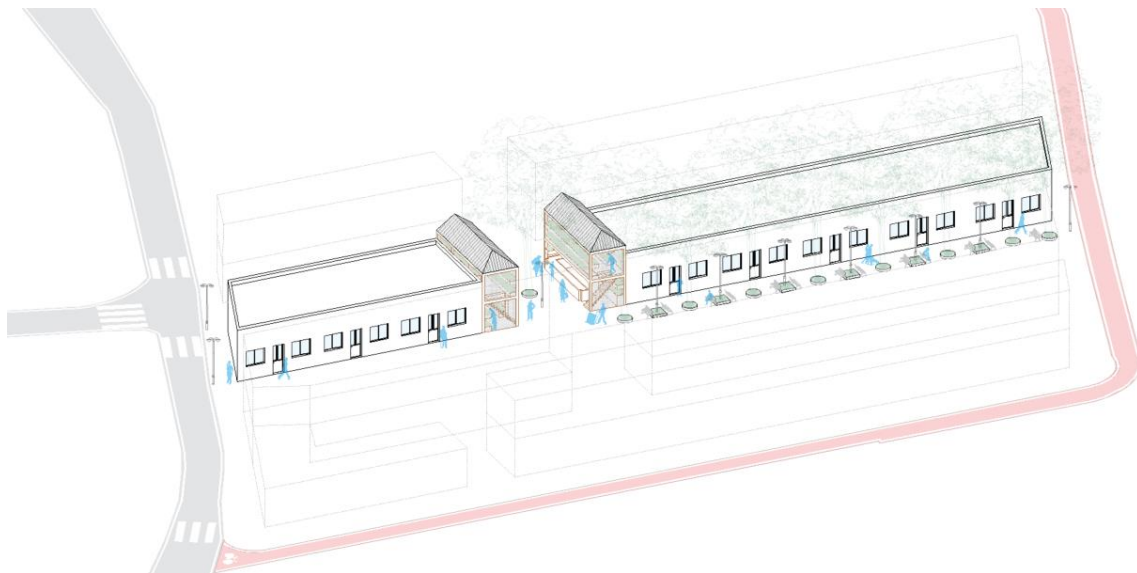


Figura 41: Perspetiva da Vila São Paulo
Fonte: Autoria Própria

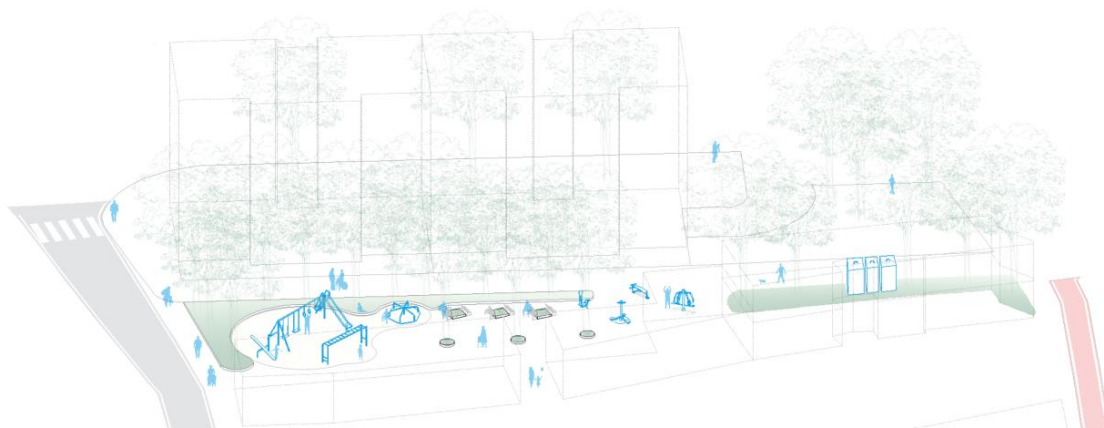


Figura 42: Parque infantil / Biblioteca / Sala de estudo / Creche
Fonte: Autoria Própria

Mobiliário Urbanos

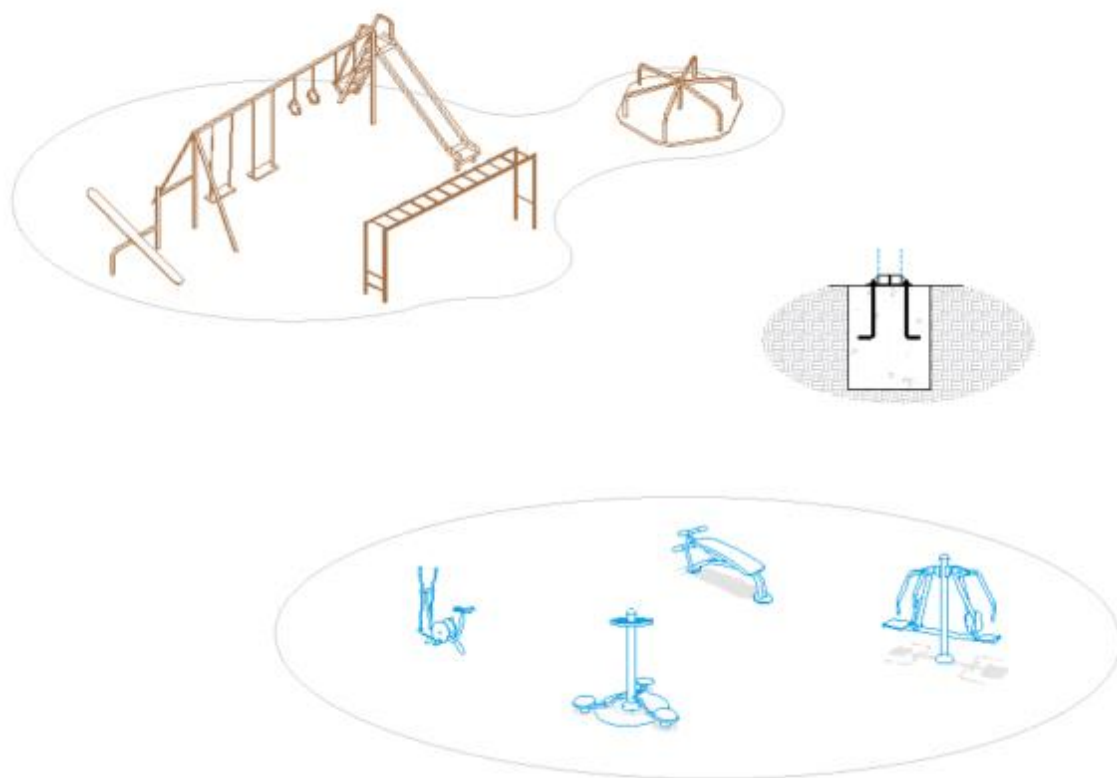


Figura 43: Mobiliário Urbano implementado no projeto
Fonte: Famílias do Autocad

A inclusão de um parque infantil e de mobiliários urbanos para exercícios físicos na reabilitação da Vila das Galinheiras terá um impacto transformador na qualidade de vida da comunidade. Um parque infantil oferece um espaço seguro e recreativo onde as crianças podem brincar e interagir, promovendo o desenvolvimento social, motor e cognitivo desde cedo. Esse espaço estimula a convivência entre as famílias, reforçando o sentimento de comunidade e a utilização dos espaços públicos positivamente.

A instalação de mobiliários urbanos de exercícios físicos também é essencial para a promoção de saúde e bem-estar. Esses equipamentos incentivam a prática de atividades físicas ao ar livre, acessíveis a pessoas de todas as idades, e ajudam a criar uma rotina saudável entre os moradores.

Sistema de recolha de água e resiliência

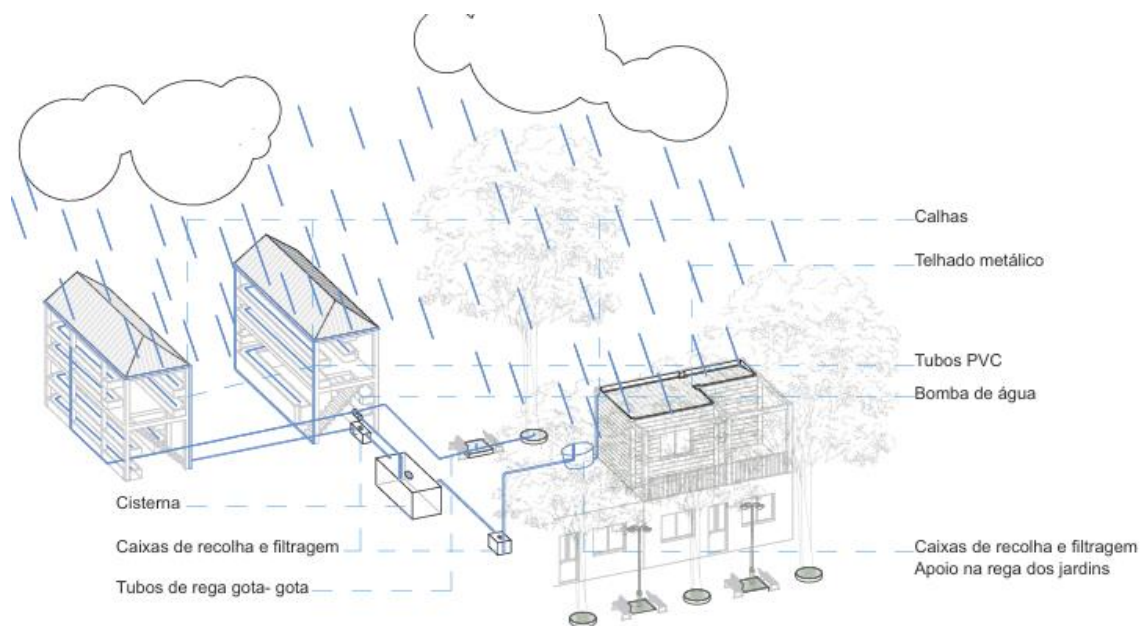


Figura 44: Sistema de recolha de água e resiliência

Fonte: Autoria Própria

Este esquema mostra um sistema de captação de água da chuva projetado para aumentar a resiliência e a sustentabilidade do ambiente, reduzindo a dependência de fontes de água potável para a irrigação de jardins e outros usos.

A água da chuva é coletada por calhas instaladas nos telhados metálicos das habitações e nos telhados de policarbonato da horta urbana. A inclinação dos telhados permite que a água escorra para essas calhas eficientemente. Após a captação, a água da chuva é conduzida por via de tubos de PVC até caixas de recolha e filtragem. Essas caixas têm o papel de remover impurezas maiores, como folhas e detritos, garantindo que a água armazenada seja limpa. A água filtrada é direcionada para uma cisterna subterrânea onde é armazenada. Esse reservatório permite a acumulação de um volume significativo de água, útil em períodos de seca. Quando necessário, uma bomba de água é acionada para redistribuir a água armazenada na cisterna para áreas específicas. Os tubos de rega "gota a gota" instalados ao redor dos jardins e na horta fornecem uma irrigação eficiente e económica, liberando pequenas quantidades de água diretamente nas raízes das plantas. As caixas de recolha e filtragem ao longo do sistema auxiliam na rega dos jardins, tornando o processo sustentável e independente da rede pública de abastecimento de água.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa consolidou uma visão integrada e multidimensional sobre o desafio da regeneração urbana nas Vilas das Galinheiras, abordando-o a partir dos conceitos de habitação digna, sustentabilidade e inclusão social. Com base em estudos teóricos e em casos de referência, a proposta desenvolveu estratégias voltadas para o fortalecimento da coesão social e o desenvolvimento sustentável do território, considerando as especificidades das Áreas Urbanas de Gênese Ilegal (AUGI) e os diversos perfis de moradores. Assim, o projeto conclui que, para garantir a efetividade da regeneração, é essencial que as intervenções promovam a dignidade habitacional e a integração dos residentes e migrantes, de modo a evitar o deslocamento de populações vulneráveis e a prevenir novas dinâmicas de exclusão social.

A proposta de habitação temporária surge como uma solução adaptável e ágil, especialmente adequada para responder aos processos de transição vividos pelas Galinheiras. Ao mesmo tempo, a pesquisa destaca que a sustentabilidade ambiental deve guiar as intervenções, tanto na construção de habitações quanto no planejamento de espaços públicos que incentivem a convivência e a interação social. O projeto reconhece, porém, que as soluções temporárias devem ser articuladas com planos habitacionais de longo prazo, com o intuito de assegurar estabilidade e permanência às melhorias implementadas.

Por fim, este trabalho reforça que a regeneração urbana efetiva não pode ser um processo isolado e precisa envolver diretamente a comunidade local, por meio de processos que valorizem as contribuições dos moradores. A inclusão social e o engajamento comunitário são, assim, não apenas metas, mas pilares essenciais para a criação de um ambiente urbano resiliente e equitativo. As Galinheiras podem, assim, tornar-se um modelo de regeneração urbana que inspira outras intervenções, demonstrando como é possível transformar territórios marginais em espaços de habitação digna e oportunidades para todos os seus habitantes.

BIBLIOGRAFIA

- Alves, J. M. (2007). *Habitação e políticas sociais em Portugal*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Costa, A. F. (1999). *Lisboa em transformação: Uma cidade em mutação*. Edições Afrontamento.
- Davis, M. (2006). *Planet of Slums*. Verso.
- Gehl, J. (2010). *Cities for People*. Island Press.
- Jacobs, J. (1961). *The Death and Life of Great American Cities*. Random House.
- Koolhaas, R. (1995). *S, M, L, XL*. Monacelli Press.
- Lydon, M., & Garcia, A. (2015). *Tactical Urbanism: Short-term Action for Long-term Change*. Island Press.
- McFarlane, C. (2011). *Learning the City: Knowledge and Translocal Assemblage*. Wiley.
- Newman, P., & Kenworthy, J. (1999). *Sustainability and Cities: Overcoming Automobile Dependence*. Island Press.
- Silva, C. (2019). *Urbanismo Tático: Transformações Rápidas e Eficientes*. Editora Cidade.
- Silva, M., & Almeida, R. (2019). *Políticas urbanas e desenvolvimento sustentável em Lisboa*. Caleidoscópio Editora.
- Fernandes, L. R. (2020). Dinâmicas de segurança e exclusão social nas Galinheiras. *Revista de Sociologia Urbana*, 28(3), 45–67.
- Fonseca, M. L. (2013). População e desigualdades socioespaciais: o caso de Lisboa. *Coimbra: Almedina*.
- Harvey, D. (2008). The right to the city. *New Left Review*, 53.
- Lopes, P. A. (2018). A economia marginal: desafios das periferias urbanas em Lisboa. *Cadernos de Geografia*, 10(1), 81–93.
- Martins, R. (2021). Estigmatização e políticas públicas nas periferias de Lisboa. *Revista de Políticas Urbanas*, 15(2), 95–108.

Rodrigues, C., & Silva, F. (2015). Diversidade cultural e identidade nas Galinheiras. *Estudos de Sociologia Urbana*, 23(1), 112–130.

Santos, J. C. (2002). Urbanização e migrações em Lisboa: os bairros informais na segunda metade do século XX. *Imprensa de Ciências Sociais*.

Sansão-Fontes, A., Pessoa, M., Araujo-Souza, A., Sabaté, J., & Neves, L. (2019). Urbanismo tático como teste do espaço público: O caso das superquadras de Barcelona. *EURE* (Santiago, 45)(136), 209–232. <https://doi.org/10.4067/S0250-71612019000300209>

ONU-Habitat. (2010). *The State of the World's Cities 2010/2011: Bridging the Urban Divide*. United Nations Human Settlements Programme.

Pereira, S. (2010). Programas de realojamento e transformação urbana: o impacto do PER em Lisboa. *Edições EUP*.

Morangueira, V. D. S. (2006). *Vila Maria Zélia: Visões de uma vila operária em São Paulo* [Mestrado em História Econômica, Universidade de São Paulo]. <https://doi.org/10.11606/D.8.2006.tde-10072007-105811>

À Descoberta das Galinheiras: Passado, presente e futuro. (n.d.). Obtido 26 de outubro de 2024, de [AgendaLx](#).

Antunes, J. J. (n.d.). Projecto de requalificação urbana dos bairros de génese ilegal das Galinheiras e dos Fetais.

Designboom, Nina Azzarello. (2019, junho 4). SPACE10 + EFFEKT envision «urban village project» as a sustainable, shared living community. *Designboom*. <https://www.designboom.com/architecture/space10-effekt-urban-village-project-ikea-06-04-2019/>

Moraes, A. (2017, setembro 19). EV2017S02_G38 – Vila Maria Zélia. *Estúdio Vertical* 2022. https://ev.escoladacidade.org/portfolio/g38_vila-maria-zelia/

Nascimento, D. (2012, outubro 11). Vila Maria Zélia. *São Paulo Antiga*. <https://saopauloantiga.com.br/vilamariazelia/>

Songpa Micro-Housing. (2015, maio 6). SsD. <https://www.ssdarchitecture.com/works/residential/songpa-micro-housing/>

Space10 & EFFEKT. (2019, junho 4). The urban village project: Re-envisioning our homes. *Dezeen*. <https://www.dezeen.com/2019/06/04/urban-village-project-space10-effekt-sustainable-design-built-environment/>

Anexo A



Wagner Moniz_103399

Transcrição da Entrevista

No contexto do Projeto Final de Arquitetura, como uma parte importante da pesquisa e recolha de informação para a minha tese, a presente entrevista busca enriquecer o entendimento sobre a importância que a habitação tem na configuração das cidades e, em particular, explorar as dinâmicas relacionadas à reabilitação urbana.

O entrevistado, Geógrafo e Professor Gonçalo Antunes, traz consigo experiências e conhecimentos, fornecendo informações valiosas sobre as questões geográficas e sociais relacionadas à habitação, bem como as estratégias eficazes de reabilitação para promover ambientes urbanos mais resilientes e inclusivos. Através dessa conversa, pretendemos desvendar as perspetivas do Professor Gonçalo Antunes sobre os desafios e oportunidades em relação a habitação contemporânea, destacando seu papel fundamental na integração do conhecimento geográfico com a prática arquitetónica.

Wagner Moniz - Vamos começar. Bem, o meu nome é Wagner Moniz, sou aluno do ISCTE. Estou no último ano do mestrado, ou seja, a preparar para a defesa da minha tese, cujo foi-nos designado três títulos para escolhermos, que é a Habitação, Espaço Público e Social e a Ecologia. No meu caso, escolhi a Habitação das Vilas Operárias das Galinheiras, que fica no Conselho de Santa Clara, com o tema, **Moradia Digna para Todos, enfrentando os desafios e soluções na reabilitação urbana em vilas operárias em uma abordagem integrada para combater a pobreza**. E, como eu tive conhecimento a partir do meu colega, que o senhor é especialista em políticas de habitação e tem mais ou menos uma noção sobre, ou tem a noção sobre o meu tema, o senhor foi escolhido para fazer essa entrevista, que vai ajudar futuramente na minha pesquisa. Em relação as perguntas, tínhamos que fazer três perguntas, que são aquelas que eu já tinha enviado, mas eu posso reformular aqui para o senhor poder falar.

E a primeira pergunta é quais são os desafios contemporâneos no problema da habitação? E a segunda tem mais ou menos a mesma relação, mas só que especifica as áreas, já é mais para a parte dos arquitetos urbanistas e geógrafos. Então, o senhor pode falar ao mesmo tempo, ou pode falar...

Gonçalo Antunes - Ok. Sim, obrigado pelo convite. Deixe-me só dizer, já tinha indicado no email e agora disse outra vez que as vilas operárias são no Conselho de Santa Clara, mas elas na verdade são na freguesia de Santa Clara, no Conselho de Lisboa. No email também já me tinha referido isso, portanto se calhar, que esteja errado em mais sítios, depois tenha atenção a esse pormenor.

Problemas? Os problemas são vários, são imensos. O lugar que é o que tem sido mais mediatizado desde há uns anos para cá é o valor das casas e das rendas, que têm subido bastante desde a segunda metade da década de 2010, portanto desde 2015, 2016. O valor das rendas têm subido bastante e o valor das casas também, portanto no geral o valor mediano do metro quadrado tem subido a uma velocidade muito rápida por todo o país, obviamente com diferentes velocidades, digamos assim, portanto muito mais rápido na área metropolitana de Lisboa e também no Algarve, em particular, e na área metropolitana do Porto também, e portanto esse é efetivamente o maior problema, que é a subida dos preços das habitações, tanto no mercado da renda, do arrendamento, como no mercado da compra de habitação. É óbvio que há outros problemas, diferentes, mais estruturais até se calhar, como falta e carência de eficiência energética e outras questões, mais relacionada com as estruturas das próprias habitações, portanto há muitos outros problemas, mas efetivamente aquilo que tem sido mais imediato ao longo dos últimos anos é o da subida dos preços das casas no mercado da compra e no mercado de arrendamento, mas por exemplo também continuamos a manter um problema da existência de núcleos de habitações precárias, daquilo que vulgarmente é conhecido como bairros de lata ou bairros de barracas, que ainda continuam a existir na área metropolitana de Lisboa, por exemplo, ou por exemplo também os antigos chamados bairros clandestinos, que hoje em dia são áreas urbanas de género ilegal, continuam a ser situações por regularizar, e portanto problemas não faltam, podia continuar por aqui. Aquilo mais imediato e aquilo que a gente fala hoje em dia é efetivamente o aumento do preço das habitações, do ponto de vista da geografia.

Isto pode causar alguns problemas, que é problemas de coesão social e de coesão territorial, de fragmentação do território, por exemplo aqui na cidade de Lisboa, na verdade um funcionamento do mercado apenas e só de acordo com o próprio mercado, com o próprio mercado livre, com a oferta e com a procura, pode acabar por criar efetivamente um ambiente, uma área metropolitana de Lisboa muito fragmentada, do ponto de vista especial, espacial, pouco coesa, desde logo aumentando o número de territórios, expandindo o número de territórios que são exclusivos, exclusivos devido ao preço do valor do metro quadrado, e também criando uma grande diferenciação para territórios que são excluídos, onde vive um segmento populacional de mais baixos rendimentos, cada vez mais distante do centro. Esses problemas de quase desunião de classes, desunião de população por capacidade financeira, é algo que é um risco, pode efetivamente acontecer por via destas alterações muito recentes e muito rápidas e muito disruptivas no mercado de habitação, porque o mercado de habitação depois vai ter influência de como funciona a área metropolitana de Lisboa, olhando aqui para a área metropolitana de Lisboa, em concreto, do ponto de vista social, económico e urbano. Portanto, a resposta a essas duas questões poderia ser por aqui.

Wagner Moniz - Ok. A seguir, é como o senhor equilibra a preservação do património histórico, por exemplo, dos edifícios antigos, como nas vilas operárias, com a necessidade de atualizar a infraestrutura e o funcionamento de um edifício?

Gonçalo Antunes - Pois é, sim. Eu acho que, até no âmbito do seu trabalho, é preciso logo diferenciar que de vilas operárias é que nós estamos a falar, porque as vilas operárias que existem em grande parte da cidade de Lisboa são vilas operárias do período industrial, da segunda metade do século XIX ou do início, ou bem do início do século XX, e são no fundo conjuntos hábito industriais que foram construídos por uma população operária, ou se não era operária, era uma população que tinha óbvias querências, mas que vivia relativamente próxima dos dois grandes núcleos industriais que existiam em Lisboa na transição entre o século XIX e XX, que eram na zona oriental, entre Xabregas e Braço de Prata, e depois na zona ocidental, ao longo do Vale de Alcântara. Essas são as vilas operárias clássicas que nós temos. É aí que surgem, aliás, as vilas operárias. As vilas operárias na freguesia de Santa Clara, elas não têm muito a ver com isto, porque as vilas operárias na freguesia de Santa Clara são vilas operárias muito mais tardias.

Portanto, não têm a relação, digamos assim, social, espacial, temporal e urbana com essas vilas operárias industriais, porque muitas das vilas operárias da freguesia de Santa Clara já são da década de 40, da década de 50 ou até da década de 60. Não são aquelas vilas operárias agroindustriais que existem no centro, naquilo que é hoje o centro da cidade de Lisboa. E há que marcar essa diferenciação muito clara, porque essas vilas operárias, a maioria das vilas operárias que existem na freguesia de Santa Clara, são muito mais tardias, são meados do século XX e não são do período da transição entre o século XIX e XX. Portanto, são vilas, aliás, elas nem são vilas operárias. Elas são vilas, por geral. Tem o nome de vila, pronto. Tem o nome de vila. Mas não são vilas operárias, porque uma vila operária, a vila operária são as vilas operárias que percebem a transição entre o século XIX e XX. Estas são realmente vilas operárias. Eu até vou partilhar aqui consigo um artigo que publiquei recentemente na Urban History, que é precisamente sobre vilas operárias na transição entre os séculos XIX e XX. Está aqui. Eu acho que o acesso não é Open Access, mas depois mando um e-mail que eu posso lhe fazer chegar o artigo. Essas vilas aí que estão estudadas nesse artigo são vilas operárias da transição entre os séculos XIX e XX. Por exemplo, as vivas na freguesia de Santa Clara não são desse período. E, aliás, basta ir ver, por exemplo, a cartografia da cidade de Lisboa de 1911 e ir à freguesia de Santa Clara e vai verificar que pouco existia na freguesia de Santa Clara, que era eminentemente rural ainda em 1911, e que estas vilas operárias, ou vilas que hoje lá existem, na zona da Torrinha e aqui e ali, essas vilas operárias que hoje lá existem não existiam em 1911, porque são muito mais tardias. Um bocadinho como as do bairro da Liberdade, já no Vale de Alcântara, mas as da Almeida Esfera, as da freguesia de Santa Clara são eventualmente ainda mais tardias. Portanto, quando falamos de reabilitação, foi a pergunta que fez, uma coisa é reabilitar uma vila operária, habitual industrial, que pode até ter um interesse como herança desse período específico da história e desse período específico da cidade. Outra coisa é reabilitar uma vila, como a esmagadora maioria das que existem na freguesia de Santa Clara, são estruturas muito precárias do ponto de vista habitacional e que sempre foram muito precárias do ponto de vista habitacional. Portanto, isto para lhe dizer que acho que há muitas vilas, vamos chamar assim, no centro da cidade de Lisboa, onde é que é hoje o centro da cidade de Lisboa, que é importante reabilitar, é fundamental reabilitar.

Por exemplo, a vila Dias, que ainda há um ano ou dois foi adquirida pela Câmara Municipal de Lisboa e que hoje em dia tem um grande projeto de reabilitação, é uma das principais vilas operárias da cidade de Lisboa, é uma memória clara desse período de incremento industrial na cidade, de um conjunto de habitação construído por um industrial, naquele caso de ligação direta com a habitação, portanto uma ligação entre a produção e a habitação, entre o industrial e a habitação, são conjuntos realmente muito interessantes do ponto de vista urbano, do ponto de vista social, do ponto de vista da história, a vila Dias em concreto, mas muitas outras vilas que também têm essas características, embora possam parecer muito mais pequenas, outras vilas também podem ser reabilitadas até pelo interesse imobiliário, que possam gerar, porque as vilas operárias muitas vezes formam do ponto de vista morfológico espaços relativamente fechados e muito bem delimitados, e do ponto de vista imobiliário funcionaria quase como um pequeno condomínio fechado comunitário, digamos assim até, com grande sentido comunitário, e isso pode ser muito apelativo para determinados estilos de vida, portanto do ponto de vista imobiliário pode ser, e os pátios também, com os pátios isso também acontece, do ponto de vista imobiliário pode ser realmente muito apetecível a transformação desses pátios e dessas vilas operárias em coisas diferentes do que eram, porque sempre foram locais de habitação para os mais carenciados. Óbvio que isso depois vai gerar processos de gentrificação e etc., mas aquele edificado efetivamente precisa de ser reabilitado, e depois há casos de outras vilas, e pátios, mas o caso é que há várias outras vilas que muito possivelmente não têm qualquer solução, porque cada caso é o caso, e há vilas e pátios na cidade de Lisboa que são tão precários que às tantas a única solução é até a sua demolição. Por que não? Porque efetivamente são estruturas muito precárias e muito carenciadas de tudo, e às tantas muito dificilmente podem garantir condições de habitabilidade minimamente dignas, porque estamos a falar por vezes de alguns conjuntos de habitação que são dos mais carenciados na cidade de Lisboa. São estruturas realmente com muitos problemas e, portanto, há algumas que poderão ser reabilitadas pelo interesse que tenham, pelo potencial imobiliário que tenham, seja lá por que razão for, há outras que nem tanto, as da freguesia de Santa Clara, por exemplo, enfim, são muito informais também, na verdade, um bocado hostil clandestino de uma Lisboa que estava a crescer também dessa forma nesse período, já há décadas, de 50 e de 60.

Wagner Moniz - E a próxima pergunta seria, é mais para ter uns exemplos, quais são os casos que o senhor já trabalhou em reabilitação de habitação, em que o senhor esteve envolvido mesmo e que o torna especial? É mais para os exemplos, já que eu vi que o senhor já trabalhou em casos sobre esse tema que é a habitação. É mais para ter um exemplo sobre alguns tópicos.

Gonçalo Antunes - Mas de reabilitação em concreto? Mas como assim?

Wagner Moniz - Os casos que o senhor já trabalhou sobre a reabilitação ou habitação, que eu vi no currículo do senhor, eu já não me recordo de qual parte, mas já fez parte desses trabalhos aqui sobre habitação, reabilitação.

Gonçalo Antunes - Sim, como sabe, sou geógrafo, não sou arquiteto, portanto nunca trabalhei de forma muito direta nas habitações propriamente ditas, nem intervenções, por exemplo, de reabilitação propriamente ditas. Portanto, o meu trabalho é um trabalho

de estudo, de análise, sobretudo políticas de habitação e depois, por consequência, as políticas de habitação que foram promulgadas em Portugal nos últimos 200 anos, políticas de habitação social, digamos assim, políticas de arrendamento, políticas e programas de reabilitação do edificado. É esse estudo que faço, que é um estudo, é teórico, como é óbvio, mas depois é iminente de prática, porque interessa sempre perceber quais são as implicações no território dessas políticas de habitação. E, além das políticas de habitação, interessa-me também como é que funciona o mercado per si. As ruas operárias, por exemplo, são um resultado do funcionamento do mercado, tentar encontrar soluções que a administração pública na altura não encontrava. E, portanto, é um bocadinho esse o meu trabalho e depois, mais recentemente, mais focado em se calhar um bocadinho e estudar o mercado imobiliário em particular e o acesso à habitação, e como tem evoluído ou não o acesso à habitação em Portugal. E, portanto, é um bocadinho por aqui.

Wagner Moniz - Ok, mas na parte geral sobre.... Ok. Era isso que eu fiquei, tipo, meio confuso em fazer essa questão, porque é mais direcionado para arquitetos. Por isso que eu estava.... Claro. Mas era isso. E eu agradeço-te muito. A questão do consentimento, o senhor pode me enviar para...

Gonçalo Antunes - Mas recebi um ficheiro, foi?

Wagner Moniz - Sim, sim, eu enviei um ficheiro em Word que, se o senhor quiser, pode assinar com assinatura digital.

Gonçalo Antunes - Eu agora não consigo, mas ao início da tarde envio. Pode ser?

Wagner Moniz - Está bem, está bem.

Gonçalo Antunes - Muito bem.

Wagner Moniz - Muito obrigado.

CONSENTIMENTO INFORMADO

O presente estudo surge no âmbito de um projeto de investigação a decorrer no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, no Mestrado Integrado de Arquitetura.

O estudo tem por objetivo a fundamentação de conceitos e problemáticas na área da habitação, vilas operárias e a ideia de cidade do cuidado. A sua participação no estudo, que será muito valorizada, irá contribuir para o avanço do conhecimento neste domínio da ciência, consiste numa breve entrevista de 30 min com foco em 3 perguntas que servirão de base inicial para a exploração do tema, a mesma será transcrita e publicada no estudo, com direito à revisão e aprovação.

O ISCTE é responsável pelo tratamento dos seus dados pessoais, recolhidos e tratados exclusivamente para as finalidades do estudo, tendo como base legal o seu consentimento no art. 6º, nº1, alínea a) do Regulamento Geral de Proteção de Dados.

O estudo é realizado por Wagner Moniz, wummz@iscte-iul.pt, que poderá contactar caso pretenda esclarecer uma dúvida, partilhar algum comentário ou exercer os seus direitos relativos ao tratamento dos seus dados pessoais. Poderá utilizar o contacto indicado para solicitar o acesso, a retificação, o apagamento ou a limitação do tratamento dos seus dados pessoais.

A participação neste estudo é confidencial. Os seus dados pessoais serão sempre tratados por pessoal autorizado vinculado ao dever de sigilo e confidencialidade. O ISCTE garante a utilização das técnicas, medidas organizativas e de segurança adequadas para proteger as informações pessoais. É exigido a todos os investigadores que mantenham os dados pessoais confidenciais.

Além de confidencial, a participação no estudo é totalmente voluntária: pode escolher livremente participar ou não participar. Se tiver escolhido participar, pode interromper a participação e retirar o consentimento para o tratamento dos seus dados pessoais em qualquer momento, sem ter de prestar qualquer justificação. A retirada de consentimento não afeta a legalidade dos tratamentos anteriormente efetuados com base no consentimento prestado.

Os seus dados pessoais serão conservados, após o qual serão destruídos ou anonimizados, garantindo-se o seu anonimato nos resultados do estudo, apenas divulgados para efeitos estatísticos, de ensino, comunicação em encontros ou artigos científicos.

Não existem riscos significativos expectáveis à participação no estudo.

O Iscte não divulga ou partilha com terceiros a informação relativa aos seus dados pessoais.

O Iscte tem um Encarregado de Proteção de Dados, contactável através do email dpo@iscte-iul.pt. Caso considere necessário tem ainda o direito de apresentar

reclamação à autoridade de controlo competente – Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Declaro ter compreendido os objetivos de quanto me foi proposto e explicado pela investigadora, ter-me sido dada a oportunidade de fazer todas as perguntas sobre o presente estudo e para todas elas ter obtido resposta esclarecedora. Aceito participar no estudo e consinto que os meus dados pessoais sejam utilizados de acordo com as informações que me foram disponibilizadas.

Sim ☒ Não ☐

_____ (local) ____ / ____ / _____ Lisboa 17 01 2024 (data)

Nome: _____ Gonçalo

Manuel Ferreira dos Santos Antunes

Assinatura: _____
